

SESSÕES DO PLENÁRIO

10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (63)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há uma Proposta de Emenda Constitucional de no. 127/2013.

(Lê) *“Altera a redação do § 1º do art. 88 da Constituição do estado da Bahia.*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual.

PROMULGA:

Art. 1º – O § 1º do art. 88 da Constituição do estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 88 -

§ 1º – A ajuda de custo, correspondente ao valor do subsídio, é devida ao deputado no início e no fim do mandato, não sendo devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

.....”

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de março de 2013.

Deputado Zé Neto

Líder da Bancada da Maioria

Deputado Elmar Nascimento

Líder da Bancada da Minoria”

Portanto, Srs. Deputados, está lida a Proposta de Emenda Constitucional e, conforme acordo de lideranças, vamos votá-la no dia de hoje a partir das 17h.

(O Sr. Presidente lê expediente de 5 de março de 2013.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência no dia 27/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar;

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 21/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 25/02/2013, por motivo de saúde, conforme atestado em anexo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria parabenizar o Líder do governo Zé Neto e o Líder da Oposição Elmar Nascimento por terem apresentado essa Proposta de Emenda Constitucional, que é um projeto de todos os parlamentares. Portanto estão de parabéns não só Zé Neto e Elmar Nascimento, mas também toda a Assembleia Legislativa que concorda com essa PEC que retira o 14 e o 15º salários.

Mas eu queria, Sr. Presidente, falar sobre a reunião da Comissão da Educação que fizemos hoje. Tenho a responsabilidade de presidir aquele colegiado e hoje fizemos uma reunião que considero bastante produtiva. Conseguimos limpar a pauta e votar todos os projetos que se encontravam naquela comissão. Além disso, estabelecemos um cronograma mínimo para o primeiro semestre de 2013, onde está prevista a participação e a exposição dos respectivos secretários que têm relação com a nossa comissão, ou seja, os secretários da Educação, da Cultura, da Ciência e

Tecnologia, da Administração para fazerem exposições sobre suas respectivas Pastas.

Também aprovamos hoje fazer debates temáticos de 15 em 15 dias na própria comissão, convidando as pessoas que têm relação com os temas. Colocamos inicialmente alguns temas, como a questão da educação no trânsito, que é de grande importância, pois observamos o que significa o trânsito em nosso Estado, no Brasil e no mundo, os acidentes e os problemas diversos decorrentes dele, e é um tema que merece ser debatido com especialistas da área. Estabelecemos também outros temas, como psicólogos e assistentes sociais na escola, também um tema de grande importância para todos nós, e os critérios de financiamento da cultura. Este último é um debate importante sobre a questão cultural do nosso Estado. Também discutimos um tema que pretendemos discutir mais, o da diversidade curricular no Ensino Médio. E um outro assunto que colocamos para um debate é a educação inclusiva.

Os projetos que aprovamos na Comissão, todos foram por unanimidade. O projeto nº 19.194/11, do deputado Marcelino Galo, que institui o 5 de abril como Dia Estadual da Reforma Agrária em homenagem a um ex-titular da Pasta, Euclides Teixeira Neto. Um projeto de autoria do deputado Mário Negromonte Júnior, de nº 19.185/11, que institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Óxi, droga sintética de alto poder destrutivo. O nosso projeto nº 15.475/06, que dispõe sobre a apresentação de artistas e grupos amadores nos espaços culturais pertencentes ao Estado. E um outro projeto, o nº 16.978, de autoria do ex-deputado estadual Javier Alfaya, que estabelece normas de proteção aos animais no âmbito do Estado.

Portanto, eu considero que esta primeira reunião da Comissão de Educação foi bastante produtiva porque aprovamos todos os projetos que estavam em pauta. Nós criamos a Subcomissão de Energia e Tecnologia. Aprovamos também um cronograma mínimo que prevê a discussão e o debate de temas importantes para a nossa população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou fazer um alerta de suma importância aos Srs. Parlamentares. Um dos deveres e obrigações do Poder Legislativo é analisar as contas não só dos tribunais, bem como do governo estadual. Ao analisar o primeiro acórdão do Tribunal de Contas do Estado deste ano, quando eles estavam analisando e votando em 2009 as contas do secretário de Cultura, Meirelles, um pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado me assustou, Sr. Presidente. Diz aqui o parecer feito, repito, pela PGE para tentar defender o secretário Márcio Meireles...

Em última análise, se o Tribunal de Contas do Estado da Bahia se arvorar a julgar contas de secretários de Estado, como no presente caso, cometerá usurpação de competência própria da Assembleia Legislativa, maculando de nulidade o seu julgado, já que a esta última cabe julgar as contas do governador, que necessariamente devem ser integradas pelas contas dos secretários estaduais.

Segundo a defesa, Srs. Parlamentares, da Procuradoria Geral do Estado, ao Tribunal de Contas não caberia julgar as contas dos secretários. As contas dos secretários seriam única e exclusivamente um relatório de atividades. Vejam a gravidade da defesa feita. Eles avocam...

Se a gente for na nossa Constituição Estadual, no Art. 89 ela determina: “*A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos Municípios, incluída a das entidades da administração indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções, renúncia de receitas e isenções fiscais, será exercida pela Assembleia Legislativa quanto ao Estado, e pelas Câmaras Municipais quanto aos Municípios, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder.*”

Dito isso, imaginem que, como diria Mangabeira, se tiver um absurdo, na Bahia há precedente. O que tenta a Procuradoria Geral do Estado da Bahia? Não analisar as contas dos secretários que seriam simples relatórios de atividade. Joga-se, assim, a incumbência de se analisar as contas não só dos secretários mas do governador à Assembleia Legislativa. Até aí tudo bem!

Agora, pergunto: como analisar se a própria Constituição do Estado da Bahia – que nós juramos respeitá-la quando assumimos o mandato – diz que há de ter um controle interno e externo por parte da Assembleia Legislativa?

O deputado Álvaro Gomes, até fazendo justiça a ele, há alguns anos, analisando as contas, não me recordo se do Tribunal de Contas do Estado ou do próprio estado ou do Tribunal de Contas dos Municípios, ele disse não se sentir à vontade para analisar as contas, porque não havia um controle externo da Assembleia para dar os subsídios para ele.

Por duas vezes aqui nesta Casa, nos últimos anos em que aqui fiquei, tanto as contas do Tribunal de Contas do Estado como do Tribunal de Contas dos Municípios, eu disse que não tinha a mínima condição também de analisá-las porque esta Casa não tem o controle externo, muito menos o controle interno para assessorar.

Então gostaria de deixar este alerta, porque nós não estamos respeitando a Constituição do Estado da Bahia. Não há controle externo. Não há controle interno. E as contas estão sendo julgadas por mero julgamento político. Se um dia vier prevalecer esta tese absurda que a Procuradoria Geral do Estado tentou defender para justificar as contas de Márcio Meireles no primeiro acórdão que foi julgado pelo Tribunal de Contas do Estado este ano, será o estado da impunidade, onde não se analisam as contas do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) no momento em que nem a senha o governo do estado forneceu para que o Poder Legislativo execute uma das suas tarefas principais que é acompanhar a execução orçamentária do estado.

Então fica aqui o alerta para que as providências necessárias sejam tomadas a fim de que a Constituição do Estado da Bahia seja respeitada pelo Poder Legislativo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, taquígrafas, todos os que nos assistem das Galerias Paulo Jackson, (lê) “eu gostaria de falar da satisfação de retornar à presidência da Comissão Direitos da Mulher que tem uma importância simbólica muito grande para a nossa luta. Este espaço continuará sendo a voz de todas as baianas e, também, espaço que quer ser parceiro dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres.

Temos a tarefa de ultrapassar os limites desta Casa, qual seja, debatendo, defendendo, contribuindo para o empoderamento político, econômico e social das mulheres. Vamos fazer desta comissão um espaço solidário da luta das mulheres. Precisamos contar, também, com a força das parcerias, com as articulações de toda a sociedade, especialmente com o apoio de todos os pares desta Casa, porque muitos são os desafios que temos a enfrentar.”

Em fevereiro, completamos 81 anos da conquista do direito ao voto feminino. Podemos dizer que esta é uma conquista importante. Mas se de um lado, no campo da política, nós temos a primeira mulher, Dilma Rousseff, ocupando a Presidência, o mais alto do cargo do País, é justamente na política, Sr. Presidente, que os dados desafiam este segmento que é majoritário na sociedade.

Nós somos 52% do País, mas o número de prefeitas, vereadoras, de mulheres que estão ou no Legislativo ou no Executivo, é ainda em torno de 12%, 13%. Se na esfera da política temos um grande desafio, é ainda muito grave a nossa situação quando o tema é a violência doméstica. Em matéria recente do jornal A Tarde, há cerca de 15 dias, os números revelam que, diariamente, Salvador registra 21 casos de agressão contra a mulher.

Isso significa que nos primeiros 50 dias do ano nós tivemos registro de 1.700 mulheres vítimas de algum tipo de violência, só em Salvador, o que equivale a 16% do total de 10 mil e 300 casos computados nas DEAMs durante todo o ano passado. Esse dado mostra as mulheres que tiveram coragem de fazer a denúncia. Quantas morrem, sofrem no silêncio, sem coragem de denunciar?

Por isso, é importante também o que aconteceu, que foi o Ministério da Justiça recentemente anunciar o novo plano de combate ao tráfico de pessoas. Sabemos que a Bahia ocupa lugar de destaque em tráfico de mulheres, tráfico de pessoas. E o Ministério prevê ações importantes para criar as condições de que esse grave problema seja realmente enfrentado pelo Estado, inclusive com a criação de delegacias especializadas no combate a crimes contra direitos humanos e 20 centros de referência especializados no atendimento a mulheres vítimas do tráfico, que serão implantados no nosso Brasil.

Eu queria, para finalizar, fazer aqui um apelo dizendo que é muito importante que os projetos que estão nesta Casa e visam fortalecer, criar mais condição de direito para as mulheres, sejam apreciados e possam ser votados, para

que esta Casa esteja, sim, a serviço da luta das mulheres, da condição da criação de uma sociedade que realmente entende que a violência e a desigualdade contra as mulheres são um ataque aos direitos humanos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, boa-tarde a todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, Srs. da Imprensa, hoje eu participei como membro suplente, porque não consegui ser titular, da sessão da Comissão de Constituição e Justiça, e também fiquei, deputada Neusa Cadore, muito feliz, primeiro, pela postura do presidente eleito, o deputado Joseildo Ramos, por ter colocado na pauta da comissão a questão da votação de projetos de autoria dos deputados.

Presidente Marcelo Nilo, eu gostaria de pedir ao senhor, que está aí hoje com essa disposição de colocar projetos de nossa autoria, projetos polêmicos, para serem votados aqui neste Plenário, que coloque também um projeto de lei e um projeto de resolução de minha autoria. O projeto de lei pede ao governo do Estado que 50% das vagas nas empresas que ganham as licitações no Estado da Bahia sejam para contratar mulheres.

Nós estamos na era da paridade. As mulheres, agora, não querem mais 20% de cota, nem 30%. Nós queremos paridade, é o que está-se discutindo hoje em várias localidades, em vários partidos, inclusive no meu partido.

Presidente Marcelo Nilo, gostaria que nesse bojo de colocar em votação projetos de deputados, coloque também o projeto de lei nº 19.364, de 2011. V.Ex^a era o relator e agora deve encaminhar para outro deputado. E gostaria de pedir também que fosse colocado na pauta do Plenário o projeto de resolução nº 2.058, também de 2011, que institui a medalha Ana Montenegro a ser concedida a prefeitos e prefeitas que criarem espaços públicos em seus municípios e políticas públicas para defender os direitos das mulheres.

Presidente Marcelo Nilo, já falei três vezes para V.Ex^a e estou pedindo de novo que coloque na pauta dois projetos meus: um projeto de resolução e um projeto de lei, além do requerimento da CPI, V.Ex^a me disse que já foi publicado, mas o projeto de resolução que institui a medalha Ana Montenegro concede essa medalha aos prefeitos, aos gestores como uma forma de incentivar os prefeitos a criarem espaços em seus municípios, tipo secretaria da mulher, coordenação, gerência, o que for, e também que implante políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres.

Tenho feito esse debate com os prefeitos, principalmente através da Lei Antibaixaria, porque sabemos que a amplitude do projeto é só para dinheiro público estadual, e nos interiores a baixaria continua rolando solta contra as mulheres. Tenho pedido aos prefeitos que encaminhe para as suas câmaras esse projeto também. Mas agora nós queríamos como forma de incentivá-los, deputada Neusa Cadore, criar essa

medalha para que uma vez no ano possamos promover esse encontro com os prefeitos e que se dê destaque àqueles que em seus municípios criaram secretarias, DEAMs, centro de referência, políticas públicas, conselho de mulher, tudo isso no sentido de ajudar as mulheres a encurtar esse caminho em busca da sua cidadania plena, em busca do fim da violência.

Como estamos no início do Março Mulher, que é um mês importante em que colocamos na pauta e nas agendas das comissões, dos movimentos de mulheres, eu queria também aqui fazer um apelo no sentido de nos ajudar nessa discussão deixando, deputado Elmar Nascimento, se não estiver ocupado o dia 21 pela manhã, faremos uma sessão especial em homenagem às mulheres. Nós escolhemos inclusive Silvana, de Monte Santo, para ser homenageada pela coragem que ela teve de denunciar a quadrilha, a rede de traficantes que está implantada naquela região e que só em Monte Santo fez um grande estrago com tantas famílias e tantas crianças.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, esta Casa, esses dias, seguindo o Congresso Nacional, tenho certeza que hoje vai ser aprovado o término do 14º e 15º salários dos deputados. Apesar, como vimos ontem aqui o deputado líder do governo, Zé Neto, dizer que deputados não têm FGTS, não mais se aposentam e outras vantagens que tem a iniciativa privada, quero dizer, como esta Casa disse esses dias aqui, tem gente querendo só jogar para a plateia, para a mídia, que vou entrar com um projeto, Sr. Presidente, vou entrar com uma emenda na Constituição para a diminuição do recesso de 90 para 60 dias. Vou tomar essa iniciativa antes que outro saia na frente, como foi o caso do 14º e do 15º, que tem gente se arvorando em ser o pai da criança, quando um projeto desses nenhum deputado, em sã consciência, seria contra.

Então, Sr. Presidente, queria cobrar de V.Ex^a, que já deu algumas entrevistas sobre esse assunto, para acompanharmos o Congresso Nacional acabando com o recesso de 90 dias.

Para terminar de usar este Pequeno Expediente, quero elogiar o governador Jaques Wagner, na medida em que o Estado da Bahia teve um crescimento do seu PIB em mais de 3%, enquanto o Brasil cresceu menos de 1%, trazendo preocupação quando comparado a outros países, principalmente aos BRICS – Rússia, Índia, China – e até mesmo a alguns da América Latina. O governador Jaques Wagner tantas vezes é criticado quando viaja para atrair investimentos, mas muitos desses investimentos são os frutos dessas viagens, desses protocolos de intenção. Enfim, essas iniciativas já estão se refletindo na nossa economia.

Por último, queria falar especificamente sobre o Parque Eólico, até porque Campo Formoso, deputado Marcelino, é uma das regiões da Bahia propícias, pois é um município rico com o povo pobre. Estão lá uma das maiores jazidas de cromo das

Américas, umas das maiores minas de esmeralda do mundo, terras férteis, comparadas às mais férteis do mundo, mas passa por uma situação difícil devido à seca.

A Casa dos Ventos, empresa que ganhou para fazer o Parque Eólico de Campo Formoso, vai levar, deputado Lomanto Junior, mais de R\$ 2 bilhões de investimentos para aquele município, levando também, deputado Carlos Brasileiro, milhares de empregos para a região. Só não foi iniciada ainda a construção desse parque devido ao contrato que a Casa do Ventos tem com o governo federal, que é o responsável pela construção da linha de transmissão que vai entroncar, segundo informações, em Irecê. Essa linha é necessária para que não ocorra lá o que aconteceu, salvo engano, em Caetité, onde a empresa construiu as torres – em Campo Formoso cada uma delas terá 90 metros –, mas depois ficaram sem ligar nada a lugar nenhum, porque o governo federal não fez a sua parte. Por isso, atrasou um pouco a implantação desse projeto em Campo Formoso.

Entretanto, fiquei sabendo, no encontro que tive em São Paulo na última semana com os proprietários dessa empresa, que a previsão é de que agora, no segundo semestre, em acordo com o governo e com a CHESF, eles darão início à construção dessa rede para que se possa vender energia. Esse importante projeto, junto com as outras atividades, será a redenção daquele município tão sofrido. Esperamos, com o seu início, que possamos gerar a solução para esse que é um dos principais problemas do nosso País, diria até de países desenvolvidos do mundo, que é o emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, é com pesar que venho a esta tribuna, mais uma vez, informar a esta Casa e à Bahia que um levantamento anual feito por uma organização não governamental do México, país que se preocupa muito com a questão da violência, chamada Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, aponta Salvador e Região Metropolitana entre as cinquenta cidades mais violentas do mundo, na estatística ocupando o 14º lugar. Se é uma surpresa para o Brasil, se é uma surpresa até para os baianos, para nós, que acompanhamos a falta de prioridade com que o governo do Estado encara a questão da segurança pública, não se podia esperar coisa diferente.

Vejam só: em 2006, o último ano que antecedeu o atual governo, era de 3.278 o número de homicídios dolosos na Bahia, sendo que São Paulo tinha 6.057 e o Rio de Janeiro, 7.122. Em 2011, este Estado aqui apresentou 4.619 homicídios, num acréscimo de 71.37%. Ao contrário de São Paulo, que reduziu para 4.194 em números brutos, totais e absolutos. Menor do que Salvador, fazendo uma redução, em relação a 2006, de 44.60%. O Rio de Janeiro reduziu de 7.122 para 4.279. Uma

redução de 24,05%. Isso se explica porque tem relação direta com o investimento em segurança pública.

Salvador também vai na mesma batida da Bahia. Foram 1.187 homicídios em 2006, 1.524 em 2011, ou seja, um incremento de 73,24%. Já São Paulo capital, de 1.985 reduziu para 1.019, isto é, 56,71% a menos, o que significou que Salvador e Região Metropolitana tiveram, em números absolutos, 50% a mais de homicídios.

Como eu explico? É porque tem relação direta com o investimento do governo em segurança pública, que foi de 47 milhões e 665 mil reais em 2006. Equivalia a 4,56% do total de investimento do Estado em despesas efetivamente liquidadas. Ele caiu em 2011, em relação a 2006, de 47 milhões para 29 milhões e 171 mil reais, o que significou uma participação de 1,69% do investimento total em despesas liquidadas com segurança pública. Então houve uma redução do investimento total de 4,56% em 2006 para 1,69% em 2011. Está aí explicado o resultado do crescimento da taxa de homicídios e da violência na Bahia: falta de investimento!

Tenho demonstrado, aqui desta tribuna, que se se diminui o investimento em saúde, se se diminui o investimento em educação, se se diminui o investimento em segurança pública, a única coisa que tem aumentado neste Estado é o rombo no caixa, o déficit ocasionado pela contratação de funcionários através do REDA, que era tão atacado nesta Casa, e do PST.

Quero provocar inclusive o deputado Yulo Oiticica, vice-presidente desta Assembleia, que sempre foi o defensor da criação da CPI dos Grupos de extermínios, da questão do direito à vida e da Comissão de Direitos Humanos nesta Assembleia. Cadê a atuação do deputado Yulo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Cadê a atuação da Bancada do PT na defesa da investigação referente ao aumento da violência e aos grupos de extermínios criados na Bahia pela omissão de investimentos do governador em segurança pública no nosso estado?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. da Galeria, Srs. da Imprensa, valho-me sempre da palavra de Deus, através da Bíblia Sagrada, na qual, no Salmo 91, diz que: *“Aquele que habita no esconderijo do altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza.”*

Há poucos instantes, vi o meu nobre colega discursando aqui tão preocupado com a segurança pública. Deus, pela sua divina sabedoria, trouxe-me uma palavra, qual seja, *“aquele que habita no esconderijo do altíssimo, à sombra do Onipotente descansará.”* Diremos do Senhor que Ele é o nosso Deus, o nosso refúgio. Refúgio fala sobre segurança; fortaleza fala sobre segurança.

Meus senhores e senhoras, não gosto muito do debate sobre segurança pública com o cunho puramente político. Gosto do debate de segurança pública na área técnica, na área em que possamos fazer as análises concretas dos fatos. Entendo que nenhum governante atual seja culpado, principalmente o governador Jaques Wagner, pela imoralidade, pela violência, pelo crime, pela desgraça estabelecidos neste País, nesta Nação e neste estado há mais de 40 anos.

Sempre digo que o governo que aí está, seja ele do partido que for, nada mais é do que o reflexo da fragilidade social e do tecido social da nossa Nação, de todo o país. Então não é só da Bahia. Este segmento tem sido enfraquecido há muito tempo por falta de políticas públicas para a juventude, que coloquem o estudante para estudar dignamente, que coloquem o jovem no esporte e no lazer. Tantas outras áreas se importariam no que está aí hoje.

Costumo dizer que não se resolverá violência, simplesmente, com metralhadora e fuzil. Se fosse assim, em outros países, em que o holocausto já aconteceu, teriam mais paz do que todos nós.

Ressalto o fato de que acho ruim quando debatemos segurança pública olhando para o umbigo partidário ou o umbigo de legenda.

Primeiro, é importante entendermos que o País, a Nação toda, bem como o nosso estado estão assolados por uma desgraça do século: o *crack*. Outras drogas estão chegando para fragilizar a nossa sociedade.

Segundo, costumo dizer que os bandidos, os traficantes, os assassinos, os comandantes de grupos de extermínio do governo do PT, do governo Wagner, têm, apenas, seis anos de idade.

Portanto, digo a V.Ex^{as}, em alto e bom som, que todo marginal, estuprador, assassino e traficante que estiverem por aí com pistola ou fuzil ou AR-15 na mão, ainda de calça enxuta e com mamadeira, esses bandidos e marginais, com certeza – aí sim! – podem ser criados pelo governo do PT. Aí, participo e associo-me ao governador.

Agora, todo marginal que passar de seis anos, sete anos de idade, tem um outro tipo de DNA, tem um outro tipo de pai. É necessário fazermos política com esse Livro necessário, é necessário dizer à Nação que a segurança pública é tratada com subcomissões, sem prioridade, apenas quando há vítima de poder financeiro ou poder político a imprensa cria maiores problemas e traz os fatos.

A verdade é que a nossa Nação precisa ter um ministério de segurança pública, tenho defendido isso há mais de quinze anos. Existe ministério para todo tipo de coisa, o que é importante; só falta ter ministério para cuidar do cavalo, para cuidar do cachorro do presidente, e ministério de segurança pública até hoje não foi criado nesta Nação.

Esses debates não passam de pura hipocrisia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir a Deus que abençoe, dê consciência ao governo federal para criar o ministério, para federalizar as polícias, podendo, aí, sim, com injeção de recursos

financeiros, inclusive melhorar o salário dos policiais militares e civis do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, um beijo para V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Retribuo o beijo para V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Imprensa, visitantes que estão nas Galerias Paulo Jackson, primeiro, quero dizer que hoje pautamos um debate importante na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, quando tratamos dessa questão que o deputado Sargento Isidório pauta aqui no Plenário, e que é de fundamental importância.

Lógico que temos de discutir segurança pública, mas, às vezes, confundimos violência com segurança pública. O aumento da violência que hoje acontece no Brasil como um todo, é um tema que tem sido estudado nas universidades, tem sido estudado em todos os locais, e é necessário que se consolide um debate nesta Assembleia, de forma a entendermos concretamente as motivações do aumento da violência no Brasil e no mundo, não é uma coisa específica do Brasil.

A segurança pública, na realidade, trata, exatamente, das medidas que o Estado toma, seja no plano nacional ou estadual, para compor um nível de organização que garanta a segurança da população com medidas que evitem que essa violência aumente e destrua o ordenamento político e jurídico de uma sociedade moderna. Esse debate temos de fazer.

É verdade, não podemos achar que vamos resolver o problema da violência apenas com o aumento do efetivo de pessoal, com aumento dos salários. É um conjunto de situações, inclusive com isso, aumento de efetivo policial, melhoria de condição de trabalho, mas precisamos debater isso do ponto de vista da educação, de que maneira temos de garantir que os nossos jovens possam permanecer na escola para que possamos construir uma consciência crítica e fazer com que essa juventude tenha um caminho, e não seja absorvido por um caminho que leva a sociedade a se aglutinar e participar desse processo de violência.

Por isso, acho que hoje foi de fundamental importância na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública esse debate, e temos de ampliá-lo.

Sobre a outra questão que está na pauta, hoje, quero parabenizar os Líderes da Maioria e Minoria que, ontem, tiveram a sapiência de puxar um debate que estava, na minha opinião, demagógico com relação à questão do 14º e 15º, a fim de trazer para uma posição política desta Casa. Os Líderes da Maioria e da Minoria se juntaram, conversaram com suas Bancadas e conseguiram uma posição unânime desta Casa dentro de um debate político, no sentido de compreender o momento por que passa a sociedade brasileira. Eles trouxeram para o Plenário uma posição que será votada, hoje, sem dúvida alguma, pela unanimidade dos presentes nesta Casa.

Precisamos ter um certo cuidado para que possamos também não fazer, aqui,

discursos demagógicos. Quero aprofundar o debate, aqui, sim, com relação a essa questão do recesso parlamentar. Não tenho nenhum problema em fazer um debate público com essa concepção, porque não faço proposta demagógica. Quero fazer, aqui, o debate político sobre a importância ou não de fazer essa redução. A imprensa e os parlamentares sabem da nossa participação durante os meses de janeiro, fevereiro e de junho, mesmo no recesso parlamentar, seja nas atividades parlamentares no interior do Estado, seja dentro desta Casa. Não podemos transformar este momento na expressão da demagogia, porque esta Casa não pode permitir esse debate. Posso e aceito reduzir até para 30 dias, como têm os servidores públicos e a iniciativa privada, mas dentro de um debate concreto dessa necessidade.

Não vejo a necessidade desse açodamento que está sendo colocado aqui, porque às vezes tratamos isso muito mais dentro do interesse particular do que dentro do interesse público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, invoco o Regimento Interno para fazer uma comunicação inadiável na condição de Líder da Minoria. Quero, presidente, fazendo uso do expediente da comunicação inadiável, informar que ontem, após a sessão, eu e o Líder do Governo, deputado Zé Neto, nos dirigimos à Presidência da Casa, com a presença de V. Ex^a, e juntos tomamos a decisão – representando as nossas respectivas Bancadas que foram consultadas e apoiaram a iniciativa –, por acordo e com as nossas respectivas assinaturas de todos os deputados desta Casa, de votar hoje a proposta de emenda constitucional que dispõe pelo fim do 14º e do 15º salários. Entendem, todos os deputados desta Casa, que essa iniciativa vai ao encontro do que defende a sociedade baiana.

Os nossos deputados representantes da Oposição, deputado Paulo Azi, 1º secretário, e deputado Sandro Régis, 2º vice-presidente, também estão imbuídos de nos representar na reunião da Mesa Diretora para discutir com V. Ex^a outras questões relativas ao funcionamento do Plenário, ao funcionamento das comissões e ao recesso parlamentar.

Quero informar a esta Casa também que no mesmo acordo que fiz com o Líder do Governo, deputado Zé Neto, acertamos de votar na semana que vem a proposta de emenda constitucional que impõe ficha limpa para ocupar cargos públicos nos três poderes, no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário. Creio que é um avanço que também atende aos reclames da sociedade.

Quero agradecer ao Líder do Governo pela sua postura e pela compreensão. Ele será autor, juntamente conosco, dessa proposta de emenda constitucional, porque também representa o anseio e a vontade majoritária tanto da Bancada da Maioria, quanto da Bancada da Minoria.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer através da comunicação

inadiável, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, eu estava na Presidência quando V. Ex^a esteve com o deputado Zé Neto e os dois fizeram um acordo para votar no dia de hoje o projeto que propõe a extinção do 14º e do 15º salários. V.Ex^{as} fizeram o acordo, eu apenas fui testemunha, para votar o projeto a que V. Ex^a se referiu. Quero dizer que, como presidente eu apenas fui testemunha, V.Ex^{as} que fizeram o acordo, mas, em nenhum momento, a presidência interferiu no acordo. Com Relação ao 14º e 15º salários, é um projeto que a sociedade vem solicitando e nós concordamos. Com relação ao segundo projeto, se V.Ex^{as} trouxerem aqui as dispensas de formalidades eu coloco para votar. Apenas fui testemunha do acordo feito por V.Ex^{as}.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem deve-se a uma indagação que preciso fazer a V.Ex^a: houve algum acordo para prolongamento do Pequeno Expediente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não houve nenhum acordo, mas a Presidência tomou uma decisão política, V.Ex^a compreende, e não está prejudicando ninguém. O deputado Tom pediu-me para falar por 5 minutos e não vejo nenhum motivo para não concedê-lo. A não ser que os deputados Zé Neto e Elmar Nascimento se posicionem contra.

O Sr. Targino Machado:- Ex^a, não vejo prejuízo. Só não quero ter prejuízo do meu tempo dos 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex^a está falando do Grande Expediente, não vai ser prejudicado. Eu tomei uma decisão política, mas se tiver algum líder contra sou obrigado a suspender.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, vejo que diversos temas são tratados aqui neste Parlamento que são de interesses da sociedade, que muitas vezes somos cobrados nas ruas e esta Casa tem dado uma resposta imediata, principalmente agora neste fato do 14 e 15º para parlamentar. Quero aqui deixar o meu registro, porque foi muito bom senso por parte do Líder da Oposição e do Líder da Minoria em fazerem este acordo e votarmos por unanimidade o fim do 14º e do 15º.

Quero aqui fazer um registro e chamar a atenção por conta da aflição que os baianos enfrentam e este é um tema que não deve ser desprezado aqui nesta Casa, que é a questão da seca que assola a Bahia, principalmente no Semi-árido baiano. Percebo claramente quando vejo anúncios e discussões que partem do governo para amenizar a situação das pessoas e a ação governamental tem sido muito tímida.

Por que digo isso? Porque convivo na Região do Semi-árido baiano e tenho um exemplo de um produtor do município de Retirolândia, que fica na microrregião

do Sisal, e ele tem 150 cabeças de gado. É um médio produtor e gastou no ano de 2012, 140 mil reais para dar alimentação ao seu rebanho. Ele abre a boca, praticamente chorando, dizendo que não tem mais o que fazer para continuar alimentando o rebanho. Ninguém quer assumir esse rebanho, ninguém quer comprar a qualquer preço, porque não tem para onde levar nem tem comida para alimentar esses animais.

E aí eu pergunto: onde está a responsabilidade do governo com relação à economia desses municípios que enfrentam um problema trágico de realmente entrar no estágio de colapso? Fico muito triste em perceber que as feiras livres desses municípios acabaram. Não se vê mais movimento. O homem do campo não vai mais à sede, ao centro comercial para fazer compras, para adquirir mais alimentos. A economia está estagnada e o governo precisa resolver este problema que é imediato. Não é apenas dar o leite ou o suco de laranja de caixa, como vejo em alguns municípios. É importante esta ação? Sim, mas é mais importante ainda discutir-se como esses municípios e esses produtores estão vivendo.

Vejo, gente, deputados e deputadas, que o governo do Estado, em 2012, aplicou somente e tão somente 96,7 milhões de reais no combate aos efeitos da seca. Entretanto gastou R\$ 144 milhões com propaganda na televisão, no rádio, nos jornais escritos, enfim, na mídia. Que disparidade é essa? Gasta R\$ 96 milhões para amenizar a situação das pessoas que estão vivendo uma situação difícil, e gasta R\$ 144 milhões com propaganda, com informação. Com esse dinheiro o governo pode amenizar a situação das pessoas. É uma disparidade muito grande.

Esse é um alerta que faço. Não é um alerta de opositorista, não, mas de alguém que está aqui representando o Semiárido baiano; aqueles que mais sofrem e precisam, sim, da atenção do governo. É necessário que o governo do Estado vá para a base, para os municípios discutir e ver de que forma pode amenizar o sofrimento da população.

O Banco do Nordeste foi instalado em Conceição do Coité há 3 anos. Empréstou dinheiro aos pequenos e médios produtores. Aos médios, empréstou dinheiro para que comprassem animais a serem vendidos para pagar a dívida do empréstimo tomado junto ao banco 2 anos e meio atrás.

Agora está vencendo o empréstimo. Eles não têm mais o que vender para pagar essa dívida. Sabem por quê? Porque a seca comeu tudo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Quero saber o que o governo do Estado vai fazer para resolver esta situação calamitosa que realmente aflige todos os baianos.

Infelizmente, não vemos uma ação efetiva por parte do governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.).

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários desta Casa, é fato que o Estado está falido. Para fechar as contas foi necessário maquiá-las.

Os professores da Rede Estadual de Ensino foram ultrajados; os policiais militares foram traídos e humilhados durante a greve. Aliás, é triste tomar conhecimento de que a Polícia Militar da Bahia tem somente um colete à prova de balas para cada grupo de quatro policiais. A PM baiana tem, deputado Rosemberg Pinto, apenas uma arma para dois policiais. Ou seja, é o Estado saci-pererê, vez que em terra de saci uma calça veste dois. Na Bahia é assim, uma arma para dois policiais. Isso é uma vergonha.

E vem a esta tribuna o deputado Rosemberg Pinto, juntamente com outros deputados, fazer uma defesa pífia do Estado. Estou aqui, deputado Rosemberg Pinto, com um contracheque – e quero passar as mãos de V.Ex^a – no qual se vê um absurdo.

Fala-se tanto que o salário do soldado na Bahia alcançou índices nunca vistos antes neste Estado. Veja aqui, Sr. Presidente, fevereiro de 2013, soldo de um soldado: R\$ 646,92. Isso é menos do que o salário mínimo. Faltam coletes à prova de bala, faltam armas, falta bala, falta munição e falta salário na conta dos policiais. Essa é a realidade da Bahia.

O que quero discutir hoje é o fato de que o Hospital Geral Clériston Andrade vem sendo de propósito sucateado, como foi sucateada a BR-324. Estão fazendo a mesma coisa com o Hospital Geral Clériston Andrade, que está sendo de propósito sucateado, para, em seguida, ser privatizado.

A Secretaria da Saúde do Estado, em Feira de Santana, vem divulgando, nos últimos seis anos e dois meses do governador Wagner, através de declarações recorrentes na mídia, que o Clériston Andrade está melhor, que vem melhorando. Quem não viu ou ouviu ainda, em Feira de Santana e região, declarações de que o Clériston foi reformado, requalificado, melhorado, e que a assistência está boa, bem melhor do que no tempo do carlismo?

Pergunto: se o Clériston está tão bom, para que privatizá-lo? Não entendo. Nós, que precisamos ir ao Clériston, temos testemunhado, deputado Carlos Geilson, pacientes aos montes, pacientes deitados no chão, em macas inapropriadas às circunstâncias da saúde dos pacientes ou até mesmo dois pacientes dividindo uma mesma cama, deitados em posição de valete.

Isto é uma vergonha. No Clériston, podemos ver respiradores, bisturis elétricos, monitores cardíacos novos, sem uso, amontoados no anexo que está fechado. Camas e colchões novos, também sem uso, faltam leitos para os pacientes. Berços aquecidos ainda encaixotados, sala de recuperação pós-anestesia sem funcionar há anos – apesar de ter sido reformada –, caixas de soro e medicamentos amontoados, sem obedecer a controles determinados pela Anvisa, jogados no chão de um ambiente onde deveria funcionar a Enfermaria Mãe-Canguru.

Tudo que citei consta de um vasto documentário fotográfico que registrou todas as mazelas no Hospital Clériston Andrade. A realidade do Clériston é bem

distinta da propaganda do governo. Agora, criaram um neologismo, uma palavra nova: publicização, em substituição a privatização. Estão com vergonha de dizer que vão privatizar o Clérison e dizem que vão publicizar.

Pesquisei no dicionário Aurélio Buarque de Holanda, e o significado que mais se assemelhou à palavra publicização foi – abre aspas: “qualidade do que é público; a publicidade de um escândalo.” E continua Aurélio Buarque de Holanda: “A arte de exercer uma ação psicológica sobre o público com fins comerciais ou políticos” – fecha aspas. Provavelmente, os significados citados sejam, como se vê, autoexplicativos.

Ainda é fato, deputado presidente da Comissão da Saúde desta Casa, deputado José de Arimatéia, que o PT, fora do governo, sempre se colocou contrário às privatizações. Senão, vejamos o que pensava – chamo a atenção – e dizia o candidato a governador Jaques Wagner, numa entrevista concedida ao jornal *A Tarde*, sábado, dia 28 de setembro de 2002, a poucos dias da eleição de 2002. Está aqui e passo a ler alguns trechos, deputado presidente da Comissão da Saúde, que deveria ter participado da audiência pública na sexta-feira, na Câmara de Vereadores, Casa a qual V.Ex^a já pertenceu e lá não apareceu, infelizmente, e não justificou a sua ausência. Diz o governador Jaques Wagner: “*Mudar radicalmente o perfil de uma saúde pública ineficaz, num Estado caracterizado por elevada centralização de poder, concentração de recursos, clientelismo e privatização dos serviços públicos...*” E continua o candidato Jaques Wagner a dizer o seguinte: “A falta de descentralização pode também ser evidenciada na persistência de vários serviços de saúde que o Estado ainda não cedeu aos municípios”. E continua Wagner: “*Caso seja eleito, assumo o compromisso de respeitar o papel e a função das três esferas de gestão do SUS, conforme estabelecido na Constituição Brasileira e na Lei Orgânica da Saúde. Não abriremos mão*”, diz Wagner, “*de promover a gestão municipal da rede de atendimento à saúde, criando mecanismos e condições técnicas, políticas e econômicas.*” Para ele – Wagner – a construção de um sistema público de saúde é uma responsabilidade compartilhada das três esferas de governo. E conclui o candidato Jaques Wagner que ora quer privatizar o Clérison a entrevista ao jornal *A Tarde*, de 28 de setembro de 2002, dizendo o seguinte: “O governo petista vai priorizar a oferta pública, não terceirizando serviços de saúde que possam ser executados diretamente.”

Isso é o que pensava o candidato Jaques Wagner. Mas seis anos e pouco se passaram e ele esqueceu, Geilson, das treze propostas do PT que apresentou nessa entrevista ao jornal *A Tarde*. Uma das propostas, um dos compromissos assumidos por ele diz o seguinte: “*Retomar os hospitais públicos estaduais que foram privatizados e auditar os processos de privatização que foram realizados pelas administrações anteriores.*”

Que gracinha o governador Jaques Wagner! Isso, com certeza, tem um nome que não agrada e que vou usar. Isso é um sete um na política! Essas mudanças são estelionato político, um processo de enganar a opinião pública.

Quem ganha com essa privatização? Quero fazer algumas considerações.

Primeira, deputado Carlos Geilson, é que a lei que criou as organizações sociais nesta Casa determina que as filantrópicas ao assumirem a administração de um hospital só estarão obrigadas a absolverem 30% do quadro de funcionários efetivos.

No Hospital Clériston Andrade, deputada Graça Pimenta, existe cerca de 1.260 funcionários, donde 30% ou 380 funcionários serão aproveitados pela organização e os 70% restante dos funcionários ou cerca de 880 funcionários serão remanejados para outros serviços em Feira de Santana ou em outras cidades pertencentes a IIª Dires, que são 26 cidades, se não me falha a memória. Então, como os funcionários não terão prejuízos!

Chamarei a atenção, deputado Carlos Geilson, para outro fato: um enfermeiro do Hospital Geral Clériston Andrade ganha cerca de R\$ 3.600,00 reais, um técnico de enfermagem desse mesmo hospital ganha cerca de R\$ 2.800,00 reais, isso porque o Hospital Geral Clériston Andrade é administrado pelo Estado. Já um enfermeiro, deputado Paulo Azi, do Hospital Estadual da Criança ganha R\$ 2.200,00 reais, ou seja são R\$ 1.400,00 reais a menos do que o enfermeiro do Clériston. Um técnico de enfermagem lotado no Hospital Estadual da Criança ganha cerca de R\$ 900,00 reais, menos R\$ 1.900, 00 reais do que um funcionário técnico de enfermagem que trabalha no Clériston, isto porque o Hospital da Criança é administrado por uma filantrópica, por uma organização social. Onde se vê que o Estado paga melhores salários do que as organizações sociais.

Ocorre, e isso é grave, quando o Hospital Geral Clériston Andrade passar para a administração de uma filantrópica, a Sesab repassará os recursos para a organização social, pagará os funcionários tomando como referência os salários que são praticados para os funcionários efetivos do Estado. Com isso a organização social vai continuar com uma política de salários achatados e embolsará a diferença maior repassada pelo Estado. É o que vem ocorrendo em outros hospitais públicos que foram privatizados.

Só por isso, Srs. e Sras. Deputadas, vê-se o manjar dos deuses em que vivem as organizações sociais na Bahia. O Líder do Governo, deputado Zé Neto, que vem administrando o Clériston, tem declarado que os funcionários em desvios de função não terão perdas, pois o Estado irá agilizar as aposentadorias desses funcionários. Esqueceu-se o nobre Líder de dizer que quem se aposenta antes do tempo tem perdas salariais.

Quarta consideração: o Hospital Estadual da Criança é administrado por uma organização social e está agonizante. Ele tem 280 leitos, e só funcionam 90. Chegamos à conclusão, só por isso, que entregar um hospital público a uma organização social não é remédio milagroso.

Quinta e última consideração que desejo fazer: a licitação para a entrega do Hospital Geral Clériston Andrade define cotas de atendimento. Vou repetir: a licitação para a entrega do Hospital Geral Clériston Andrade define cotas de atendimento. E é necessário, é verdade, o estabelecimento dessas cotas, pois elas são imprescindíveis para o estabelecimento dos preços por parte das filantrópicas que participam do certame. Mas a pergunta que não quer calar, deputado Carlos Geilson:

quando, nos dias 15, 16, 20, 22 ou 25 de um referido mês, a cota acabar, como ficarão os pacientes que procuraram o Clérison?

Alguns comentaristas da política costumam dizer que todas essas mazelas são corrigidas nas eleições. Mas me lembro de um velho e saudoso paciente meu, o Sr. Desidério Tupinambá da Silva, da cidade de Senhor do Bonfim, na Bahia. Sofria de doença pulmonar obstrutiva crônica, e eu o atendia ainda na nossa clínica em Salvador. Ele, descrente da política - conversávamos muito sobre política -, dizia: “Doutor, acho que eleição não corrige mais nada. A gente muda uma vez de candidato, na outra vez a gente muda de partido, e nada acontece”. E concluía sempre me dizendo: “Só mudam, doutor, as coleiras. Os cachorros continuam os mesmos”.

Este é o estado de desgraça, de descrença, de desesperança em que a política se encontra no conceito das pessoas por causa de episódios como este envolvendo o Hospital Geral Clérison Andrade.

Quero concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, dizendo que sucatearam para privatizar. Saúde é direito de todos e dever do Estado. Dever constitucional do Estado ofertar. A terceirização dos serviços de saúde é um ultraje ao regime jurídico administrativo aqui no País instalado, considerando-se que o serviço público de saúde é atividade-fim do Estado.

E quero dizer aos senhores, para que fique registrado nos Anais desta Casa, que existe - e isso é grave - um recurso liberado há muito mais de um ano, de 19 milhões de reais do Quali SUS, já liberado, repito, para a reforma do Hospital Geral Clérison Andrade. Não utilizaram ainda esse recurso, colocaram o hospital na linha de privatização, tendo em caixa um recurso de 19 milhões, suficientes para reformá-lo, requalificá-lo, mas não aplicaram esse recurso. Creio eu, deputado Carlos Geilson, que eles estão guardando esse dinheiro, como o DNIT fez com a BR-324, privatizou, e antes de a empresa tomar conta, investiu o dinheiro, melhorando o pavimento em torno da rodovia. Creio que, de igual modo, a Secretaria da Saúde do Estado vai fazer, vai privatizar o hospital. E, para provar que a privatização foi boa, vai usar 19 milhões para ampliar, equipar, requalificar o Hospital Geral Clérison Andrade, para, no próximo ano, na eleição, terem o que dizer nos palanques.

Está aí, cadê os críticos do Clérison, da privatização do Clérison? “A privatização deu certo”, mas deu certo com o dinheiro do povo! E quero dizer mais: quero dizer que o preço que o Estado haverá de pagar por mais essa privatização de um hospital público, o segundo maior hospital do Estado da Bahia, é um afronta, vez que os custos dos pacientes, deputado Carlos Geilson, os procedimentos nele realizados, um hospital administrado pelas chamadas Organizações Sociais, chega a ser mais de quatro vezes dos mesmos custos do hospital administrado pelo Estado. Não entendo o porquê dessa sanha privatizante dos hospitais públicos.

A relação, Sr. Presidente, custo/benefício está sacrificada, quer por causa do custo, quer em razão do pífio benefício que trará à população. Ainda não pude fazer o diagnóstico preciso de quem são e quem serão os beneficiados com essas privatizações.

Concluo dizendo que sou radicalmente contra a privatização do Hospital Geral Clériston Andrade, mas o governador Wagner também era.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, por 5 minutos, falará o deputado Marquinhos Viana e, por mais cinco, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marquinhos Viana, representante de Barra da Estiva nesta Casa.

O Sr. MARQUINHOS VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho mais uma vez à tribuna desta Casa. Na imprensa local, o que mais se ouve falar hoje é sobre o fim do 14º e 15º salários. Ora, nós deputados estaduais – e eu que vim lá da Câmara de Barra da Estiva, como bem disse o nobre presidente, sofremos essa mesma pressão, só que em tamanho menor - nós deputados estaduais estamos neste Parlamento com a força do voto popular e é mais do que justo acabarmos com esse imbróglio todo de querer ser o pai da criança, uma vez que a Câmara Federal já aprovou o fim do 14º e 15º salários.

Então vamos acabar com esse falatório, a Assembleia já vai aprovar, houve o acordo de líderes, todos os deputados, da Situação e da Oposição, concordaram, mas deixa a imprensa ainda falando que os deputados ganham muito, que são altos salários. E eu que cheguei aqui recentemente sei do trabalho que nós temos, antes eu viajava apenas em um município e hoje viajo por mais de vinte municípios, mas acho que a opinião popular deve ser ouvida e estamos aqui para cumprir essas determinações, uma vez que o acordo foi feito.

Ainda, Sr. Presidente e nobres deputados estaduais, venho trazer notícias de minha cidade que falei anteriormente em questão de ordem, mas como sou filho de uma pequena cidade, tenho que trazer aqui as informações para a Bahia e aos outros municípios para dar ênfase ao trabalho realizado em nosso município ex-prefeita, Ana Lúcia Aguiar Viana.

Fomos surpreendidos com muito tempo de luta, vai ser instalada em nosso município mais uma agência bancária, agora do Banco do Nordeste. Então, com essa teremos quatro agências bancárias em Barra da Estiva que é uma cidade pequena, isso, fruto, nobres deputados, de um trabalho daquela prefeita que pegou o município há oito anos sem credibilidade, com salário atrasados, com cheques sem fundos e resgatou a dignidade e o nome daquela prefeitura, por isso que as instituições financeiras hoje estão instalando-se em Barra da Estiva, porque sabem que o povo daquele município têm um trabalho, somos produtores de café e também há cinco, seis anos quando começamos a fazer o primeiro encontro de produtor rural que a partir do dia 5 de abril será o 5º encontro de produtores rurais, fomos certificados em

dezembro como o município que produziu o melhor café natural do Estado da Bahia.

Então, isso é fruto de um trabalho na nossa secretaria de agricultura em parceria com órgãos, inclusive o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, Caixa Econômica que está instalada há mais de oito meses, e o pequeno produtor acreditou no trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e pelas palestras dados pelos órgãos como a EBDA, Banco do Brasil e outros palestrantes vindos de São Paulo e até do município vizinho, Ibicoara, do agropolo das fazendas que atuam nesse município.

Então, Sr. Presidente, nobres deputados, mais uma vez, quero dar ênfase a esse trabalho realizado por aquela prefeita que tanto se dedicou ao seu município, que hoje pelo trabalho que fizemos em Barra da Estiva, estou aqui neste Parlamento, porque naquele município fizemos um trabalho que teve repercussão no Estado da Bahia.

Então, nobre presidente, quero deixar isso registrado no anais desta Casa, para que o povo da Bahia saiba que se tivéssemos prefeitos como Ana Lúcia, a Bahia estaria com certeza melhor e andando em passos largos como a Bahia hoje está.

Tivemos ainda uma reunião com o governo do Estado e fizemos o convite, temos diversas obras para inaugurar que foram realizadas no mandato anterior, como a primeira etapa do estádio municipal, a praça da igreja, iluminação da cidade, um colégio feito com recursos próprios da ordem de mais de 1 milhão e 500 mil reais. Também, a pavimentação de todo o Bairro das Nações e a pavimentação de todo o Bairro do Abrigo.

Tendo em vista essas obras, convidamos o governador e os deputados para visitarem o nosso município, ocasião em que poderão acompanhar os trabalhos realizados pela administração.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- (...) do governo da reconstrução.

Muito obrigado pela tolerância, Nobre Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, manifestar também a minha opinião sobre o fim do 14º e do 15º salários. Tenho dito que o Parlamento Brasileiro paga muitas vezes e prova do seu próprio veneno. A falta de transparência e a necessidade de ouvir a opinião pública para avançar e corresponder cada vez mais ao que é a pujante democracia brasileira é fundamental. Portanto, acho que a mesa diretora desta Casa tem como grande tarefa exatamente isso: mais transparência, mais interlocução com a sociedade organizada para que possamos, verdadeiramente, corresponder a isso.

Sr. Presidente, queria dizer que, de fato, deputado Targino traz uma discussão interessante sobre a saúde e as PPP's, e fico muito a cavaleiro para fazer esse debate porque votei contra as PPP's, à época que foi votada aqui na Casa, e a

bancada, deputado Marcelino Galo, naquela época foi liberada, nós liberamos a bancada e cada um votou como quis.

Mas, de fato, o governador Jaques Wagner é tão bom, tão qualificado, é tão capaz que não só empunhou novas lutas e a nova forma de gestar este País com o presidente Lula, e foi o ministro Jaques Wagner que construiu a agenda do trabalho decente, possibilitando ali o grande debate, a partir da OIT, e combatendo o trabalho escravo e a precarização do trabalho no Brasil.

Esse agora, como governador, não só é capaz de criar, e falarei aqui rapidamente sobre importantes criações, também empolgado a partir do debate da Oposição, dizer que o governador Wagner é tão competente, deputado Álvaro Gomes, que melhora até o que eles criaram, que é o caso da PPP. E quero aqui ler, muito rapidamente, Sr. Presidente, o que disse um tal de Jim Yong Kim. Disse ele: “Fiquei impressionado com o que vi, com o hospital que tem melhor infraestrutura e tecnologia em saúde, além de profissionais qualificados e preparados para atendimento. Segundo ele, isso mostra que a Bahia está comprometida com a saúde pública de excelência, dando exemplo para o Brasil e para o mundo.” Disse o representante do Banco Mundial ao visitar, ontem, o Hospital do Subúrbio, que vai ganhar agora o terceiro prêmio internacional pela qualificada gestão.

Aí, imagine, deputado Marcelino Galo, essa é a gestão do PT, é capaz de criar e é capaz de melhorar até o que eles criaram, como é o caso da PPP. Mais ainda, deputado Elmar falava aqui de segurança pública e me questionava. É verdade, deputado Elmar, no passado os grupos de extermínio agiam em todo canto, 6.6 jovens eram assassinados por dia, só em Salvador e Região Metropolitana, segundo o Fórum de Direitos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Mais ainda, na década de 90, a atuação de grupo de extermínio cresceu no Rio de Janeiro 39%; cresceu em São Paulo 49%; cresceu na Bahia, deputada Ângela, 291%. É exatamente por isso que o Governador Jaques Wagner, na vanguarda da construção de uma nova Bahia, criou um programa fantástico chamado “Pacto Pela Vida”.

Imaginem, nunca, antes, na história deste Estado se pensou segurança pública com 13 secretarias de Estado, com a cúpula da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnica com mais 12 secretarias de Estado. Ou seja, se pensa a segurança pública não mais com o canhão, com a bomba atômica ou com a violência, pensa-se com a inteligência e articulação das políticas, a transversalidade das políticas públicas que possibilita pensar segurança pública com educação, com assistência social, com cultura, com política de juventude, com saúde, 13 secretarias de Estado.

Mais ainda, senhores, tem assento nessa mesa o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, e eu represento esta Casa no “Pacto pela Vida”, que se reúne a cada 15 dias. Imagine, deputado Elmar, que coisa extraordinária! Nunca se pensou política de segurança pública dessa forma, sempre foi fechada nos *bureau* da Polícia. Então, hoje se pensa, de fato, outra forma.

Acabou aquela Bahia que trilhava no caminho certo para o despenhadeiro, onde as viaturas eram um monte de carroças velhas sem nenhuma estrutura. O

Governador Jaques Wagner, está aí o deputado de Feira de Santana, Carlos Geilson, inaugurou recentemente um centro de articulação, deputado Targino, com 17 cidades, todas as viaturas com GPS, articulação e comunicação via satélite.

Essa é a Bahia de todos nós, senhores! Esse é o debate que nós precisamos fazer. Comissão Parlamentar de Inquérito, essa é importantíssima, deputado Targino, nós somos testemunha disso. Nós fizemos um trabalho extraordinário na CPI de combate ao cartel de combustível, sonegação de ICMS. Fizemos uma devassa naquele momento, sofrendo pressão de todo lado. Pois é, dois carrinhos de mão de investigação, quer do tipo bancário, fiscal, telefônico, todos aqueles supostamente envolvidos.

Portanto sou a favor sempre da comissão parlamentar de inquérito. Não sou daqueles que acha que CPI é instrumento de oposição, mas penso ser um instrumento de investigação onde, naquele momento, os deputados estão travestidos com poder de polícia, inclusive, para inquirir, para investigar, para fazer o que o Parlamento também deve fazer no dia a dia da fiscalização.

Portanto, Sr. Presidente, eu concluo parabenizando o governador Jaques Wagner. Não diria que ele é uma metamorfose ambulante, mas diria, sim, que é um gestor aprimorado e avançando cada vez mais para construir, enfim, o Brasil que todos nós sonhamos e a Bahia de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Líder do PSB para falar ou indicar o próximo orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para usar o tempo do PSB, indicarei o deputado Marcelino Galo pelos primeiros cinco minutos e, depois, o deputado Álvaro Gomes por mais cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado José de Arimatéia, que ora preside esta sessão, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. da Imprensa, companheiros funcionários, venho aqui para debater e parabenizar o que foi decidido nesta Casa na forma madura, responsável, tanto parabenizar o Líder da Maioria do Governo, como o Líder da Minoria, que, de forma séria, conduziram uma questão candente na sociedade. Esta Casa tem de ter muita responsabilidade. Temos de conduzir o tema porque é muito perigoso.

Hoje, tenta-se desqualificar e desmoralizar o processo político. E não há outra forma. A democracia para nós, neste País, foi muito cara. Se não fosse a democracia, se não fosse a política, o PT não estaria no governo e a democracia não estaria construída neste País.

Vejamos a história da humanidade. Toda vez em que se tentou desqualificar, desmoralizar a política, vejam no que deu. Na Itália, deu o fascismo. Na Alemanha,

deu o nazismo. Neste País, deu-se a ditadura mais brutal de nossa história quando apareceu um oportunista e demagogo que, com a vassoura e com seu falso moralismo, levou este País ao que levou.

Então, a atividade política é uma atividade nobre, uma atividade onde se resolvem as questões por meio de diálogo, onde se desenvolvem e se resolvem conflitos da sociedade de forma dialogada. Não temos outra forma sem ser a atividade política.

Portanto esta Casa, aqui, tem de ser a Casa da afirmação da política. Aqui não devemos permitir oportunistas ou demagogos ou carreiristas que queiram desqualificar a Casa onde trabalha, onde aqui serve à sociedade, para usar isso para promoções pessoais, porque isso é perigoso.

Não devemos brincar com a história, porque a história é um exemplo vivo de que, quando se tenta desqualificar esta atividade, custa muito caro à humanidade como custou ao nazismo onde se disseminou. O discurso, que originou o nazismo e o fascismo, se a gente for ver, tem certas semelhanças com o que acontece hoje neste País, onde se desqualifica, onde se desmoraliza, onde tenta se substituir a atividade política.

Eu não vejo outros poderes desqualificarem-se a si próprios a exemplo do Judiciário e do Executivo. Tal desqualificação só acontece no Parlamento.

Então, o deputado trabalha. E, aí, nós não vamos negar isso. Temos de ir ao debate com a sociedade, com a imprensa, nunca trabalhei tanto na minha vida. Vejo aqui também deputados de todos os espectros ideológicos, nos encontramos na atividade intelectual, na atividade física, brutal, nos deslocando por um estado imenso como esse que é a Bahia. E sabemos da dificuldade que é estar em todos os rincões, fazendo um trabalho de base, participando de audiências públicas e discutindo demandas com os prefeitos de nossos municípios.

Então, essas atividades têm que ser incorporadas. Essa demagogia de querer colocar ponto digital, de querer se discutir recesso não é a essência do debate que deve ser a centralidade aqui nesta Casa, que é discutir e revermos a autoestima no sentido de que esta Casa precisa ter poder, precisa aprovar os seus projetos, precisamos fazer funcionar todas as comissões, discutir as questões de interesse candente da sociedade baiana, da sociedade brasileira para construir. Então, sem o parlamentar, sem o Parlamento vigoroso, forte, vai ser impossível construir a democracia neste País. Alguns aqui que pensam que estão servindo a sociedade, com certeza, lá na frente, e aí ficaremos atentos, não vamos permitir a desmoralização desta Casa e a importância que ela tem para a política do nosso Estado e para a política como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Marcelino Galo,

compartilhando com o discurso de V.Ex^a, quero reafirmar algo que tenho reafirmado aqui cotidianamente, constantemente, sobre essa questão polêmica sobre recesso e férias. Os mal intencionados ou de má fé utilizam o argumento de que recesso é férias. Utilizam esse argumento, dizendo que os deputados têm 90 dias de férias. Isso não é verdade, isso é mentira. Recesso não é férias. Nós até entendemos que a desinformação coloque a população com uma opinião e o senso comum de que recesso é férias. Nós até entendemos isso. Agora, sinceramente um deputado repetir isso, é algo inadmissível. É inadmissível que no Parlamento você tenha um deputado, que desenvolve a essência da atividade política de direita ou de esquerda, certo ou errado, que seja na sua essência um político, mas que na prática se constitui num verdadeiro analfabeto político.

Portanto, quero reafirmar aqui mais uma vez que recesso não é férias. Se o debate é para reduzi-lo, que se debata, reduzir, acabar, não tem problema nenhum, eu particularmente não tenho problema nenhum. Acho que isso é um atraso para o Parlamento. Recesso significa única e exclusivamente a ausência de sessões plenárias. Apenas isso, exclusivamente isso.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

Concedo um aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Quero concordar com V.Ex^a no que diz respeito ao trabalho parlamentar, que se desenvolve no Plenário, nas comissões e também nos locais que o deputado representa, ou seja, nas comunidades onde ele foi votado. O deputado precisa se inteirar da problemática dos municípios para poder trazer os assuntos a este Parlamento, local de debate.

Mas V.Ex^a poderia, no caso, até para estender esse debate à imprensa, já que algumas pessoas contestam esse recesso, que na verdade não é recesso, pois é quando o deputado mais trabalha nas suas bases... O que aconteceria no recesso se o Parlamento desejar se autoconvocar ou se houver convocação por parte do Executivo? A Assembleia Legislativa da Bahia e os demais Parlamentos brasileiros abririam mão da repercussão financeira dessa convocação. Ou seja, seria gratuita.

Desse modo o Parlamento estaria provando ao Estado, à imprensa, etc., que realmente tem boa vontade para atender os pleitos daqueles que moram nos rincões da Bahia – que é do tamanho da França –, onde o deputado deve também obrigações parlamentares.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Luciano Simões, falei aqui ontem e reafirmo agora: remuneração nas convocações extraordinárias é um equívoco. Na lógica do que eu defendo, recesso não é férias. Não sendo férias e havendo a necessidade de convocação extraordinária, o deputado não tem nenhum problema de participar dessas convocações extraordinárias sem remuneração.

Da mesma forma que todos os projetos que não são apreciados num acordo político, com dispensa de formalidades, são votados em sessões extraordinárias. Quando necessário, convoca-se sessão extraordinária sábado, domingo, segunda, à noite, pela manhã, enfim, em qualquer horário. E isso já foi feito.

Portanto reafirmo que recesso não é férias.

Só para concluir, Sr. Presidente, queria ressaltar o grande desempenho que a Bahia teve com um PIB de 3,1%, superando o nacional, que foi de 0,9%. E o mais importante não é esse crescimento, pois não adianta crescer o PIB se não houver distribuição de renda. E a Bahia está de parabéns por crescer 3,1% com justiça social, com distribuição de renda. Mais de 22 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema, o que mostra uma política justa, na lógica de que país rico é país sem miséria.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSC/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no horário do Bloco falará o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco PSL/PRB/PP... V.Ex^a aceita o acordo?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, por acordo, o Líder do Bloco PSC/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Carlos Geilson por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson por todo tempo.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, não poderia ficar fora do debate em relação ao recesso e do 14º e 15º salários. Já nos pronunciamos nesta Casa, entendendo que é uma questão inexorável hoje, não temos como fugir desse debate. A sociedade quer e cobra, o Congresso, através da Câmara federal, do Senado da República assim já se posicionou com relação à queda 14º e 15º salários. Esta Casa, num amadurecimento, chega ao entendimento que também devem deixar de existir aqui.

Quero dizer que o deputado Uziel Bueno trouxe uma PEC aqui, a qual fiz questão de assinar imediatamente, assim como a deputada Luiza Maia. Essa PEC não prosperou, é verdade. Mas somos signatários dessa PEC que acaba o 14º e 15º salários.

A outra questão é sobre o recesso. Quero dizer que sou favorável à diminuição do recesso, que minha posição é muito clara, penso como o presidente desta Casa, que o recesso deve diminuir de 90 para 60 dias. Votarei a favor da diminuição do recesso, mesmo entendendo que o recesso não são férias, e talvez se trabalhe muito mais.

Qual o deputado que não viaja, que não arrisca sua vida nessas estradas esburacadas da Bahia? Já viajei, em dois anos de mandato, só de carro, 200 mil quilômetros. E não é fácil, colocamos a nossa vida em risco. Quando pensam que o deputado está de férias, é quando ele mais trabalha, visita suas bases, tem mais tempo para dar atenção a seus eleitores.

Qual o deputado que não chega à sua cidade e um eleitor fica feliz em vê-lo,

fala que estava sumido e que tem o seu retrato no bolso, para ficar olhando para o deputado, por que nunca mais o viu? Mas o deputado está aqui cumprindo o seu papel, cumprindo o seu mister, e ele aproveita justamente esse período do recesso para dar mais atenção às suas bases.

De modo que é um crime, uma estupidez, dizer que o deputado tem 90 dias de férias. Nós não temos férias, mas entendo que é salutar, é uma exigência da sociedade que o Parlamento tenha 30 dias a menos, que os deputados tenham 30 dias a menos no seu recesso.

Portanto, quero dizer que votarei com esta proposta, que defendo a proposta da redução do recesso. Férias é o que muita gente, de forma maldosa, tenta jogar para a sociedade, que o deputado tem férias, que na verdade, deputado Paulo Rangel, é o período que mais se trabalha, viaja, e é o período em que o político tem mais contato com a sua base.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com o aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- É para fazer só uma correção. O Legislativo está sendo, de certa forma, questionado, e V.Ex^a colocou que o nosso recesso é de 90 dias. Não é de 90 dias, é de 45 dias atualmente no final do ano, e 30 dias no mês de julho. Coloco isso porque, de repente, a imprensa divulga o mês de julho.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Então, o recesso é de 75 dias?

O Sr. Paulo Rangel:- Setenta e cinco dias. De repente, podem dizer que escondíamos mais 15 dias.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Então, suprimem só os 15 dias de recesso.

O Sr. Paulo Rangel:- A supressão seria de 15 dias.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado Paulo Rangel. Incorporo as palavras de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

O outro tema que trago nesta tarde é relacionado ao incêndio do prédio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Ontem, finalmente, foi divulgado o laudo.

(Lê) “Sobre as causas do incêndio que destruiu parcialmente o secular casarão do Solar Boa Vista, sede da Secretaria de Educação do Município, ocorrido no último dia 03 de janeiro.

De maneira clara, cristalina e criteriosa como foi anunciado pelo secretário de segurança pública, o laudo atesta que o incêndio foi acidental, causado por um curto- circuito, de acordo com perícia realizada pelo Departamento de Polícia Técnica.

Nós, integrantes do PTN, recebemos ontem inúmeras manifestações de solidariedade e apoio após a divulgação do laudo pericial.

Com este resultado, neste momento nos associamos às manifestações da sociedade no desagravo às ilações feitas por nossos opositores à época do ocorrido que tentaram politizar o acidente.

Para os detratores de ocasião, o resultado da perícia técnica representa uma derrota, pois fica evidente que fazem política baseados em argumentos fantasiosos,

mediáticos e infundados, com o único objetivo de conquistar dividendos políticos, partidários e eleitores.

Para tanto, não se furtam em atingir a honra e reputação daqueles que têm compromisso com o serviço, com o trabalho e com a educação em nossa capital comprovados historicamente.

Entretanto, o resultado da perícia técnica de um órgão insuspeito como o departamento de política técnica da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia, não nos traz tranquilidade, pois compreendemos como grave a perda parcial de um patrimônio arquitetônico, histórico e cultural do porte do solar Boa Vista.

Solar Boa Vista que foi antiga residência do Poeta Castro Alves e que, ao longo do tempo, abrigou o Hospital Psiquiátrico, a sede da Prefeitura de Salvador e, finalmente, a Secretaria Municipal de Educação, portanto, plenamente inserido no contexto de nossa Capital.

Reafirmamos nossa plena confiança, apreço e apoio ao Secretário Municipal de Educação de Salvador, Deputado Estadual licenciado, e correligionário João Carlos Bacelar, um dos mais importantes quadros de nosso partido.” Merece todo apoio e solidariedade.

(Lê) “Reforçamos também nossa convicção na eficiência e comprometimento com o trabalho que vem sendo executado à frente da Secretaria de Educação do Município de Salvador.”

Venho à tribuna, mais uma vez, dizer e rechaçar as ilações maldosas. Chegaram a dizer que o secretário estava tocando fogo no prédio para esconder documentos. O órgão da Secretaria de Segurança Pública é insuspeito. Por isso, cobramos aqui a divulgação do laudo. Aqueles que tentaram manchar a honra do secretário – que de forma maldosa usaram os microfones de emissoras de rádio, as câmeras de televisão e os jornais para levar suspeitas –, tenham a coragem de vir a público e dar a mão à palmatória. Reconheçam que foram estúpidos. Tentaram macular a imagem do secretário, simplesmente, por interesses políticos.

Essa demora do laudo suscitou, cada vez mais, que o secretário fosse atingido de forma maldosa e criminosa. Portanto, desafio aqueles que tentaram jogar o nome do secretário no lixo para que reconheçam, peçam desculpas. Está provado que o incêndio aconteceu, como pode acontecer em qualquer lugar do mundo, como disse o deputado Bira Corôa, basta que alguém coloque fogo ou que aconteça um acidente, como aconteceu no secular prédio Solar, onde morou nosso poeta Castro Alves.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É apenas para fazer justiça ao deputado Carlos Geilson. Lendo o Regimento, oficialmente o recesso começaria no

dia 15 de dezembro, o que na prática nunca houve. Mas, V.Ex^a tem razão.

Outra coisa, Sr. Presidente, gostaria de fazer um alerta ao pessoal do som, em respeito à ordem dos trabalhos, para que regule melhor o som. O som está baixo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda razão. Gostaria que o som do microfone ficasse mais alto, pois o deputado José de Arimatéia irá usar e está um pouco baixo.

Com a palavra o líder do PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado José de Arimatéia e pelos 5 minutos restantes o deputado Paulo Rangel, do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Imprensa, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, hoje tivemos a primeira reunião da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa, quando definimos o cronograma de trabalho da próxima semana.

Primeiro, precisamos definir naquela comissão os horários de funcionamento, se será às 9h30min da terça ou da quarta-feira. Cada um dos Srs. Deputados que não estavam presentes deverão se definir em relação ao horário.

Outra coisa, Sr. Presidente, no dia 12 da próxima semana, estaremos na Comissão de Saúde e Saneamento comemorando o Dia Mundial do Rim, comemorado no dia 14 de março. Teremos uma audiência pública, quando discutiremos sobre as pessoas que têm problemas e o que essa doença tem causado na vida de muitas pessoas, principalmente os fatores de risco da doença renal e suas precauções. Dia 12 a comissão trará essa discussão para colaborar com aquilo que o governo do Estado juntamente com a sociedade civil organizada podem fazer para melhorar essa situação.

No dia 13 de março, estaremos na cidade de Feira de Santana, na Câmara de Dirigentes Logistas, CDL, para discutir a audiência pública em relação ao Clériston Andrade.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de responder ao nobre deputado Targino Machado que, no seu pronunciamento, disse que eu não compareci. Primeiro, não recebi convite nem no meu gabinete em Feira de Santana, nem no gabinete desta Casa, nem mesmo por telefone fui comunicado.

Soube que estava acontecendo a audiência pública na Câmara de Vereadores, na Casa do povo, na minha Casa, que é a Câmara de Vereadores, quando fazia o programa *Tribuna do Povo*, na *Rádio Cultura*, das 7 às 8 da manhã, e li no jornal que haveria essa manifestação na Câmara de Vereadores. Então, pedi ao vereador Eli Ribeiro, do meu partido, para justificar também a minha ausência. Jamais fugirei do debate, principalmente se for do interesse de Feira de Santana ou de qualquer cidade do Estado da Bahia, estarei pronto para levar minha colaboração. Por isso que, antes de acontecer essa audiência pública em Feira de Santana, eu já estava preocupado

com a situação – a imprensa vem falando, a Oposição vem falando – da administração do Hospital Clérison Andrade. Por isso, vamos para o debate, dia 13. Contaremos com as presenças do secretário Dr. Jorge Solla, dos Srs. Deputados, deputado Targino Machado, deputado Zé Neto, deputado Carlos Geilson, deputada Graça Pimenta, deputado Colbert Martins, deputado Fernando Torres, deputado Jurandy Oliveira, enfim, de todos os deputados, inclusive dos deputados que fazem parte da Comissão de Saúde desta Casa. Então, vamos discutir, vamos fazer uma explanação a respeito da situação do Clérison Andrade, vamos ouvir o que o povo quer falar, o que os funcionários querem falar, o secretário vai apresentar o projeto, enfim, eu acho que as discussões são necessárias para resolver os problemas.

Quando se trata, principalmente, da saúde pública temos de ter prioridade e discutir exaustivamente o assunto. Nós esperamos que no dia 13, realmente, possamos sair dali com a devida consciência daquilo que é melhor para o povo de Feira de Santana e também para as mais de 120 cidades atendidas pelo Clérison Andrade.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos da imprensa, venho a esta tribuna, neste momento, primeiro para parabenizar o governo Jaques Wagner pelo anúncio da implantação de um parque eólico, aqui, na Bahia com capacidade de geração de 1.200 megawatts por segundo, o que, sem dúvida alguma, representará, à época do investimento, um incremento muito grande, principalmente com relação à geração de emprego, nas cidades do seu entorno.

No entanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Casa, chamar a atenção dos prefeitos dos municípios contemplados com esses empreendimentos não só o que vai ser implantado, mas aqueles que já foram implantados anteriormente e chamar a atenção do legislador federal, principalmente do Estado da Bahia que vai se tornar o Estado com maior potencial eólico da América Latina, de que, com o atual modelo institucional do setor elétrico brasileiro, temos notado que à época da instalação e desenvolvimento do empreendimento essas cidades atraem toda uma população e geram empregos, mas quando o empreendimento está concluído quase nenhum benefício fica naquelas cidades.

As usinas, considerando as nossas hidroelétricas, são de baixo potencial de geração individual, portanto, o que fica de ICMS e de royalty é muito pouco. Já está na hora de se discutir, deputado Carlos Brasileiro, uma mudança no setor, porque não é possível que a Bahia e o Nordeste, umas das regiões que mais produz energia no Brasil, sejam, hoje, exportadoras de desenvolvimento para o Sul do País. Muitas pessoas, deputado Joseildo Ramos, pensam que essa energia vai ser absorvida pelo

mercado baiano, quando é uma energia, inclusive, que a partir de quando entra em leilão, pode abastecer uma lumineira de Antônio Ermírio de Moraes no Pará. E não se discute em momento algum a atração de empresas, principalmente para o Semi-árido, onde estão se implantando a maioria dessas usinas, a partir de oferecimento de uma energia mais barata que possibilite o desenvolvimento econômico e social dessas cidades e dessa região.

Digo isso, Sr. Presidente, porque conheço bastante essa questão, até porque sou funcionário da Companhia Hidroelétrica do São Francisco e sei hoje a realidade econômica e social de cidades como Sobradinho, Jatobá e aquela localidade do Xingó, com exceção de Paulo Afonso, que é um verdadeiro pólo regional. Portanto, não acho justo que a Chesf, que é a maior produtora de energia hoje do Brasil, não consiga ofertar uma energia mais barata que sirva como insumo básico para o desenvolvimento regional. Então, essa pauta tem que ser colocada principalmente por legisladores federais e do Estado da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Portanto, quero falar dessa preocupação e vou levar essa discussão para a Comissão de Infra-estrutura, porque acho que temos que ter uma atenção maior em relação a esse tema, sob pena disso nada representar como incremento ao desenvolvimento da Região Nordeste e do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, pelo tempo do PDT/PCdoB falarão os deputados Pastor Sargento Isidório, por 5 minutos, e Maria del Carmem, por 5 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, V.Ex^a é daqueles que quando dá a palavra não precisa escrever nem gravar, basta o fio de bigode em cima do papel. V.Ex^a se comprometeu com as pessoas da imprensa que às 17 horas votaria a emenda constitucional, com o objetivo de acabar com o chamado 14º e 15º salários dos Srs. Deputados. A Questão de ordem é só para lembrar a V.Ex^a a palavra empenhada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda razão. Ainda há três horários e eu gostaria de pedir aos líderes partidários que dispensem, porque eu gostaria de votar agora. Mas só posso, como V.Ex^a sabe, se os líderes dispensarem. Estou apenas fazendo um pedido que depois dos deputados Pastor Sargento Isidório e Maria del Carmem, se os líderes concordarem, para que possamos votar logo esse projeto que é importante para a sociedade baiana.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, estou aqui pacientemente por 20 minutos

aguardando, porque tenho um pronunciamento que gostaria de fazer. Após isso podemos encerrar. Até porque amanhã, Sr. Presidente, vou-me ausentar porque tenho que ir a São Paulo fazer uma revisão médica.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, acho que o deputado Gaban, um deputado muito inspirado, trabalhador e presente - até sem querer adentar o mundo da Oposição nesta Casa -, mas o acordo é feito por Lideranças, Sr. Presidente. Se cada deputado neste Legislativo agora individualmente tiver o poder de impedir um acordo, ficará difícil. Acho que V.Ex^a deve consultar os Líderes. A Oposição já concordou. Em havendo concordância, vota-se. Ou então o deputado Gaban convença a sua Bancada a não fazer o acordo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

Não vamos polemizar sobre este assunto.

O Sr. Gaban:- Eu fui citado, Sr. Presidente. Gostaria que V.Ex^a lembrasse ao deputado Paulo Rangel - talvez porque seja o seu primeiro dia nesta Legislatura - que nesta Casa sou Vice-Líder da Oposição, respondendo pela Liderança. Portanto, estou falando como Líder da Oposição neste momento.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Vamos acalmar-nos. Eu tinha feito um acordo e peço desculpas à Bancada porque não falei sobre ele. O deputado Elmar Nascimento queria viajar porque tinha um problema pessoal para resolver. Então, falei com ele que poderíamos antecipar a votação para mais cedo.

É mais uma gentileza, tendo em vista que a Oposição teve um importante papel neste processo. Acho que há um consenso na Casa. Esta discussão não vai nos levar a nada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer o seguinte: fala o deputado Pastor Sargento Isidório, a deputada Maria del Carmen. V.Ex^a, deputado Gaban, dispensa o tempo?

O Sr. Gaban:- Não. Vou falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban não concordou em suspender os horários. Portanto, vamos prosseguir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, se eu não falar, ajuda? O que vou falar nesta tribuna é o que todo mundo já sabe. Todos aqui são favoráveis ao que o Congresso Nacional já determinou, ou seja, cortar o 14º, 15º e 16º salários. Então, queria dizer isso. Todo deputado quer falar que está

cumprindo uma ordem do Congresso Nacional. Uma coisa definida pelo presidente, por V.Ex^a, pela Oposição.

Mas, se eu não falar, resolve? É isso? Então, obrigado. Se forem falar, quero os meus cinco minutos.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino Machado, V.Ex^a adora uma polêmica. Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Em defesa da imagem deste deputado que fala no momento, quero dizer a V.Ex^a que ouvi atentamente o breve pronunciamento do deputado Pastor Sargento Isidório, e ele disse que o Congresso Nacional determinou a extinção do 14º, 15º e 16º salários. Para fazer a minha defesa, quero dizer que só tenho conhecimento de que o deputado Pastor Sargento Isidório recebeu o 16º salário. Pelo menos eu não recebi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a aceitou?

O Sr. Gaban:- Não. Vou usar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Eu tenho o tempo de cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem cinco minutos. Começamos agora.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias e da Imprensa, eu, como todos os deputados desta Casa, gostaria de parabenizar este Parlamento, os Líderes do governo e da Maioria, deputado Zé Neto, e da Oposição, os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas.

Gostaria de dizer que, na última quinta-feira, não estava presente, porque participava de um encontro com outros deputados e secretários de estado com S.Ex^a, o governador, fazendo um balanço sobre as ações do estado e o que ocorresse.

E, ontem, segunda-feira, estive no Ministério Público, tratando de assuntos de interesses nossos. Tive a alegria de saber que já foi definida a retirada dos 14º e 15º salários de deputados. Na verdade, esses salários eram uma substituição de outras vantagens que o setor privado tem e o Parlamento não. Mas tenho convicção de que ninguém aqui ficaria contra tal gesto, uma vez que a Nação precisa mudar em favor dos mais carentes dos mais humildes.

Não me esqueço de que, há mais ou menos 15 ou 20 dias, no gabinete de V.Ex^a, Sr. Presidente, fomos comunicados sobre os rumores de que, lá, na Câmara Federal, estavam tratando desses assuntos, em uma determinada comissão, sobre a retirada dos 14º e 15º salários. V.Ex^a ainda brincou comigo dizendo que teria de fazer a mesma coisa aqui na Bahia para dar exemplo, mesmo que alguns deputados não gostassem. Eu ainda brinquei dizendo que seria um deles.

Na verdade, o que esta Casa está fazendo servirá de exemplo não só para a Bahia, como também para o restante de todo o País e de toda a Nação. Então, todos os deputados que, açodadamente ou não, ou querendo estar na imprensa ou não,

cumpriram suas missões e vieram aqui para isso.

Está de parabéns o Parlamento baiano! Está de parabéns V.Ex^a, presidente desta Casa! Está de parabéns o Líder da Situação, Zé Neto, pela compreensão de trazer este projeto imediatamente como também está de parabéns o Líder da Oposição que liberaram todas as questões regimentais para que seja feita justiça também aqui na Bahia ao extinguir os 14º e o 15º salários.

Que Deus continue abençoando o Parlamento baiano, o governo do estado, V.Ex^{as} e toda nossa Nação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen. (Pausa)

(Os Srs. Deputados dizem que o tempo não será usado.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vai falar? Foi acordo?

Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de cinco minutos.

(Vários Srs. Deputados se manifestam contra esta determinação da Presidência.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O tempo é da deputada Maria del Carmen.

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só posso dar o tempo se for por acordo.

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só um segundo. Façamos justiça ao deputado Paulo Rangel que acabou de dizer que quem comanda é o líder. Então deixe o deputado falar.

Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a aceita? Deputado Paulo Rangel, deixe o deputado Gaban falar por cinco minutos. Estou fazendo um pedido.

O Sr. Paulo Rangel:- Já ouvi o deputado Gaban falar demais na última legislatura. Não é questão de concordar ou não concordar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por acordo, porque seria a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Paulo Rangel:- O Líder é quem resolve. Se a deputada Maria del Carmen abrir mão do tempo dela... Adoro ouvir a deputada Maria del Carmen. Se ela puder falar para eu escutar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a tem cinco minutos. Vocês brigam por bobagem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo

tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, eu tenho direito a 10 minutos. Mas, para colaborar, ao invés de fazer um pronunciamento, farei uma leitura, a fim de tentar minimizar o prazo.

Gostaria de iniciar este pronunciamento ao alertar esta Casa que o Exm^o Sr. Governador do Estado – em mensagem feita na abertura dos trabalhos – disse que daria um aumento substancial de salário para o funcionalismo público. Estou acompanhando.

Já chegou matéria do Ministério Público solicitando o reajuste dos servidores daquele Poder, já chegou do Judiciário, e, até o momento, o governador do Estado não mandou a mensagem.

Então, para tentar abreviar meu pronunciamento, vou fazer uma leitura do que iria falar utilizando os 10 minutos.

(Lê) *“Nos últimos dias, o governador Jaques Wagner anunciou” – isso a imprensa toda já noticiou – “o crescimento da economia do Estado da Bahia em níveis muito acima que a média brasileira, quando o aumento do PIB baiano alcançou 3,1% enquanto o PIB Nacional evoluiu apenas 0,9%.*

O bom momento da economia tem se refletido de forma direta na arrecadação do estado, com resultados bem superiores ao esperado, tendo a arrecadação superado o mesmo período do ano anterior em quase 500 milhões de reais, apenas nos dois primeiros meses. Valores surpreendentes para uma arrecadação que nos anos anteriores se tornou conhecida por apresentar os piores índices de crescimento em todo o Brasil.

Infelizmente esse "bom momento econômico" não tem sensibilizado o governador para que cumpra suas obrigações para com seus servidores, que aguardam o anúncio do reajuste dos seus salários desde o mês de janeiro, quando deveria ter sido feito, já que a data base pactuada para reajustamento do funcionalismo é janeiro, conforme consta no Plano Salarial dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Planão).

Vale dizer, que durante o ano de 2012 as despesas do estado com pessoal e encargos sociais alcançaram apenas 14.481 milhões (14, 5 bilhões), quase 300 milhões abaixo dos valores previstos orçamentariamente” – e devidamente aprovados por este Poder Legislativo – “mostrando uma tendência de achatamento dos salários que se reflete diretamente no poder aquisitivo dos trabalhadores. É importante ressaltar, que em 2012 os gastos empenhados com as referidas rubricas de pessoal e encargos sociais mereceram classificação de desempenho como "ótimo" pela ABOP (Associação brasileira de Orçamento Público), em clara demonstração de que o comprometimento orçamentário com a folha de pagamento de pessoal jamais alcançou valores proibitivos, como tenta nos fazer crer a equipe do governo do Estado da Bahia.

“Por outro lado” – uma coisa que já estamos denunciando há vários e vários anos nesta Casa, e o Tribunal “carinhoso” para com o Estado parece ignorar isso aí: o Tribunal de Contas dos Municípios pune os prefeitos, mas com o Estado

nada acontece, e digo que – “as despesas com o pagamento de terceirizadas aumentaram quase 700 milhões, entre 2011 e 2012, conforme os balanços apresentados pelo próprio governo – “demonstrando uma clara simpatia do governo atual com as contratações sem concurso público.

Voltando-se ao salário dos servidores, temos que o impacto do reajustamento com base nos índices oficiais, por volta de seis pontos percentuais, impactaria nos cofres públicos em pouco mais de 60 milhões/mês, valor este, facilmente absorvido pelo incremento de arrecadação, que em janeiro superou os R\$ 300 milhões, em fevereiro superou em R\$ 180 milhões e que, em março, espera um crescimento de 250 milhões de reais, revelando-se uma tendência real de crescimento na ordem de 2 bilhões em 2013.

Esse crescimento se deve basicamente a alterações na legislação relacionadas ao segmento de combustíveis, com a adoção Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF), nas operações internas e nas aquisições de unidades da Federação signatárias de convênio, nas operações com óleo diesel e outros tipos de combustíveis, e do crescimento do comércio varejista, com a inclusão de diversos produtos na antecipação tributária e da adoção do estorno de crédito, sempre que a aquisição envolver estados inseridos na chamada guerra fiscal.

Também...” – como defendíamos sempre que fosse implantada no governo – “(...) a utilização da nota fiscal eletrônica, aliada a uma ação mais intensiva dos auditores fiscais influenciaram no aumento da arrecadação do segmento, bem como a instituição de programas de gerenciamento de movimentação econômica, tais como a 'Compra Confirmada' e a 'Confirmação Eletrônica de Recebimentos', assim como gestões feitas junto à Petrobras, inclusive com a celebração de Regime Especial, que permitiu o ingresso de milhões de reais.

Como se pode ver, a questão do reajuste do funcionalismo público é só uma questão de boa vontade do governador do Estado, que insiste em protelar a solução de uma pendência que atinge a todos os servidores públicos, que até hoje aguardam o anúncio reajuste linear.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- E essa indignação fica maior, Srs. Parlamentares, quando, repito, vejo chegar a esta Casa a solicitação de aumento do funcionalismo do Ministério Público e do Judiciário. E o governador deixa de cumprir o que esta estabelecido no Planão, prejudicando sensivelmente os servidores do Estado.

Espero que o reajuste que vem para os promotores e para o Judiciário venha também para os servidores do Executivo, porque isso está previsto no Plano Salarial do Servidores Públicos (Planão), tendo sido aprovado o Orçamento por esta Casa Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, na certeza de que o governador deixará de ser insensível em relação ao seu funcionalismo. Ele não deixará de prestigiar aqueles que prestaram concurso público para ingressar na atividade do Estado, para prestigiar apenas aqueles que ele sempre prestigia, que são os contratos chamados Redas. Estes são irregulares, mas o Tribunal, carinhoso com o Estado, insiste em não penalizar

este governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Ângela Sousa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Ângela Sousa.

A Sr^a Ângela Sousa:- Gostaria de cumprimentar e registrar as presenças dos nossos vereadores da cidade de Ibicaraí: Alan, Klaus, Flávio, e também do nosso amigo John. É um prazer tê-los aqui. Que possam usar esta Casa e estarem sempre aqui conosco. Estamos felizes com as presenças de vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigada, deputada.

Gostaria de pedir desculpas ao deputado Marcelino Galo, que aniversariou no dia de ontem, na medida em que, por um equívoco meu, não o saudei. Peço desculpas, deputado, e ao mesmo tempo parabênzo V.Ex^a por mais esse período, desejando-lhe muita paz e felicidade.

Encerrado o Horário das Lideranças Partidárias.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Vamos votar o Projeto de Emenda Constitucional.

(Lê) *“Proposta de Emenda à Constituição nº 127/2013.*

Altera a redação do § 1º do art. 88 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual,

PROMULGA:

Art. 1º – O § 1º do art. 88 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 88 -

§ 1º – A ajuda de custo, correspondente ao valor do subsídio, é devida ao deputado no início e no fim do mandato, não sendo devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

.....'

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de março de 2013.”

Assinam os deputados Zé Neto, Líder da Bancada da Maioria, como autor, e Elmar Nascimento, Líder da Bancada da Minoria, como coautor.

Esta emenda foi assinada, diria, quase pela unanimidade ou, talvez, pela unanimidade dos Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo, pela Comissão de Constituição e Justiça, a deputada Maria Luiza Laudano para relatar a matéria.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- É uma honra muito grande para mim

nesta tarde relatar um projeto de grande importância, principalmente pelos reclames da nossa sociedade.

(Lê) “*Parecer*

Da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 127/2013, de autoria do Deputado Zé Neto, em coautoria com o Deputado Elmar Nascimento e diversos outros Parlamentares, a qual “Altera a redação do § 1º do art. 88 da Constituição do Estado da Bahia.”

A presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado tem por objetivo extinguir as ajudas de custo pagas aos Parlamentares no início e no final de cada sessão legislativa anual, a exemplo do que já ocorreu na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Trata-se de medida que vem atender as expectativas da população baiana, a partir da extinção das aludidas ajudas de custo no âmbito do Congresso Nacional, seguindo esta Casa com a sua política de contenção dos gastos que a torna uma das Assembleias mais austeras do País.

A proposição não recebeu emendas, e é apreciada nesta sessão em decorrência de Acordo entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria, dispensando as formalidades para sua imediata apreciação.

Ante o exposto, e verificados os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 127/2013 na forma originalmente apresentada pelos eminentes Autores.

É o parecer; s.m.j.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013.

Deputada Maria Luiza Laudano

Relatora”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da relatora, Maria Luiza Laudano, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Vamos votar no 1º turno.

Em votação.

Marque o tempo de 25 minutos. Pelo regimento sou obrigado esperar 25 minutos.

O Sr. Uziel Bueno:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Uziel Bueno.

O Sr. Uziel Bueno:- Sr. Presidente, boa-tarde a todos que nos acompanham também pela *TV Assembleia*, deputados presentes, estou muito feliz porque hoje está sendo votado um projeto que é o projeto do povo, é um projeto que emana do povo, pressionado pela imprensa da Bahia...

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Uziel Bueno:-(...) que é o megafone desse povo tão sofrido. E hoje, Sr. Presidente, estou muito feliz, porque todos os deputados estão votando à unanimidade, mostram que tem que cortar realmente na própria carne. Algo irreversível para este País está sendo votado na Bahia hoje.

Estamos dando um exemplo e não é à toa que houve tanta polêmica por esses dias na imprensa, aqui na Assembleia, mas quero dizer o que disse na quinta-feira: este não é um projeto de Elmar Nascimento, não é um projeto de Zé Neto, não é um projeto de Uziel Bueno, é um projeto da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que hoje entra para a história mostrando que as regalias têm que ficar fora daqui, até porque temos que dar exemplo. E o exemplo tem que surgir de nós mesmos deputados, que não somos melhores que qualquer outro trabalhador deste País.

Estamos rasgando na própria carne, estamos dando exemplo e que esse exemplo entre para a história para que o povo da Bahia veja o político baiano como seu legítimo representante, sem críticas, sem demagogia.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer da minha satisfação. Tudo bem, eu fui o primeiro a subir àquela tribuna, mas fui abraçado, com certeza, por todos os deputados desta Casa. Entramos para a história hoje e mostramos ao povo que queremos trabalhar, não queremos regalias.

O sistema é bruto, mas não pode ser para o povo! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes. Depois, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar V. Ex^a, presidente da Assembleia Legislativa, que foi quem primeiro levantou essa questão nesta Casa. E parabenizar o deputado Zé Neto, autor da proposta de emenda constitucional, em coautoria com o deputado Elmar Nascimento, líder da Oposição. Parabenizar todos os deputados desta Casa, porque essa decisão foi unânime. Mas a proposta de emenda constitucional é de autoria do Líder do governo, deputado Zé Neto, e coautoria do Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, e assinado por todos os demais deputados desta Casa. Seguimos o ritmo do Congresso Nacional, porque é uma norma as Assembleias Legislativas de todo o País seguirem o que o Congresso Nacional define. Assim é a questão dos salários, das verbas indenizatórias, e outras questões semelhantes nas Assembleias e no Congresso Nacional.

Por isso quero dizer que todos os deputados estão de parabéns pela aprovação desse projeto, mas quero deixar claro para todos que a retirada do 14º e do 15º salários não é a resolução dos problemas do Parlamento brasileiro e não será a resolução do Parlamento brasileiro. Há setores que querem desgastar o Parlamento para acabar com ele, porque é dessa forma que os ditadores conseguem governar e massacrar o nosso povo. O Parlamento é fundamental para a democracia, o Parlamento é indispensável para o estado democrático brasileiro. Mas há determinados setores, inclusive da mídia, que falam sozinhos, cadê a democracia? Há

setores da mídia que deveriam permitir o contraditório, mas não permitem, falam sozinhos, assim é muito fácil, falar sozinho, colocar sua versão e não permitir que o contraditório possa se expressar.

Essa é uma questão que nós temos que discutir, a democratização dos meios de comunicação. É fundamental, é uma questão de direitos humanos. É uma questão que diz respeito aos direitos humanos, porque não é justo que um cidadão na televisão fale o que ele bem quer e entende e não permita o contraditório. Não é justo que uma televisão ou um jornal coloque a matéria que quer e não permita o contraditório, isso não é democracia. É preciso democratizar os meios de comunicação. A informação verdadeira, a informação real.

Daí a importância da *TV Assembleia*, por exemplo, daí a importância do Parlamento. Porque aqui ninguém edita matéria, porque aqui todos falam, todos debatem, porque aqui há liberdade, sim, cada deputado tem liberdade, na televisão, não. Na televisão quem controla são os seus donos, de acordo com os seus interesses financeiros, pessoais e outros.

Portanto, é preciso travar essa discussão da democratização dos meios de comunicação, que é uma concessão pública. Não temos aqui os meios de comunicação para nos expressar, os grandes meios de comunicação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Quero aqui parabenizar o deputado Zé Neto, Líder do governo, autor da emenda constitucional, em co-autoria com o deputado Elmar Nascimento e todos os deputados que assinaram a emenda constitucional.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu costumo debater as coisas nesta Casa de uma forma muito tranquila, mas bastante franca. Quero dizer que essa intervenção não é a mais importante e mais moralizadora que já foi implantada nesta Casa. Até porque, é bom que se diga, Sr. Presidente, esta Casa foi a única Casa Legislativa do País que acabou com o nepotismo num Estado. Esta Casa votou aqui por consenso o fim do nepotismo, combatendo, inclusive, o nepotismo cruzado dentro do Legislativo estadual.

Portanto, essa não é a ação mais moralizadora e não é uma ação de tão grande impacto econômico, nem social e muito menos do ponto de vista midiático. Mas sabemos que é realidade, que existe, neste momento, uma certa pressão da sociedade em relação a alguns benefícios que deputados hoje auferem. No entanto, quero dizer aqui que nem todos os deputados e deputadas são iguais. Há deputados aqui que vivem de salário, há deputados que usam todas as suas verbas para exercer o mandato, diferentemente de alguns deputados, que talvez nem precisem de qualquer tipo de remuneração para que venham frequentar o Parlamento, até porque defendem interesses que muitas vezes não são os reais interesses da sociedade.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

Quero dizer aqui, também, Sr. Presidente, que nós não estamos votando

neste momento este projeto, porque estamos sendo pressionados pela mídia ou pela sociedade. Houve uma tomada de consciência do Parlamento, até em virtude daquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional de se trabalhar no mesmo sentido daquela Casa. Então, em nenhum momento houve qualquer tipo de pressão.

Agora, entendo também, Sr. Presidente, que a intervenção de qualquer parlamentar aqui nesta Casa é louvável, mas V.Ex^a, assim como colocou o deputado Álvaro Gomes, foi quem iniciou esse debate. E quero aqui também parabenizar o Líder Zé Neto, o Líder Elmar Nascimento que conseguiram chegar a um consenso e aprovar essa matéria no dia de hoje.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, chamar a atenção também para algo que estamos cometendo sempre aqui e que fere, deputado Joseildo, o funcionamento desta Casa Legislativa. Essa matéria foi aprovada no Congresso Nacional, passando por amplo debate, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça. Essa matéria poderia ter tramitado nesta Casa sendo discutida nas comissões. Nós não temos por que aprovar matérias que dizem respeito ao funcionamento da Assembleia Legislativa de forma açodada, e fazendo, inclusive, com que alguns deputados tentem passar para a sociedade que são os pais da criança.

Portanto, é preciso muita cautela. É preciso que a gente faça uma reavaliação, realmente, daquilo que estamos votando, porque considerar esse tipo de benefício uma excrescência, eu não considero, até porque como funcionário da Chesf eu tinha 13º, tinha um salário bruto quando tirava férias, tinha dois salários de participação nos lucros e resultados e um salário também no mês de maio...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) e deputado é trabalhador também.

No entanto, chegamos a um consenso e quero parabenizar toda esta Casa por essa tomada de consciência conjunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem inscrito o deputado Adolfo, deputado Gaban, deputado Zé Neto e deputada Luiza Maia. Então, só esses quatro para podermos votar, por favor.

Questão de ordem do deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão importante como esse projeto que deveremos votar daqui a pouco, acho que esta Casa deveria fazer o mesmo movimento que tem tanta gente querendo ficar bem, como se diz, na fita, para que se fizesse, isso sim, uma reforma política e acabar a farsa deste país com eleição a cada um ano e meio, que custam milhões e todo mundo sabe disso.

Então, isso que seria importante, que acredito que todos têm consciência, mas não vejo movimento que estamos tendo aqui esta semana para que se aprove uma reforma política, porque todos os ano o Congresso diz que vai fazer, como está dizendo agora, novamente, e não realiza. Terminamos uma eleição há pouco tempo e já está começando a de 2014. Aí fica essa farsa, esse é o termo, infelizmente, muita gente jogando para a plateia.

Na reforma política, numa eleição de 05 em 05 anos, sem direito à reeleição, essa é minha opinião, onde quem está no poder não gasta milhões da prefeitura ou do governo para continuar no poder, da presidência da República. Aí, sim, é para onde vai o dinheiro do país.

Como deputado Paulo Rangel falou, nós precisamos ver o que faz o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras, são caixas pretas onde se pagam mais de 20 salários por ano, participação no lucro, e aqui querem fazer ver o povo, a população que deputado é marajá, que não faz nada, que não trabalha, que ganha muito.

O que sempre digo, Sr. Presidente, para encerrar, quando vejo criticarem deputados, político em si, vereadores, que são as formiguinhas da política, e digo que se colocar proporcionalmente o que ganha um vereador e o que ganha um trabalhador de salário mínimo é uma discrepância muito grande, mas o vereador é quem faz o serviço do Estado, é quem encaminha para hospital, é quem enterra, às vezes, é quem acolhe na dificuldade. Porque se você colocar nas principais cidades do Brasil, principalmente no Nordeste, o vereador, para não falar deputado, se colocar de cabeça para baixo não cai uma moeda. Essa é a política que é feita. Então, fica essa farsa.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que a maioria sabe das dificuldades para se chegar aqui, com poucas exceções, como falou o deputado Paulo Rangel, de alguns privilegiados que não sabem o que é fazer política no interior dessa Bahia, que é do tamanho de um país.

Vou encerrar, dizendo que a conta nunca vai fechar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado...

O Sr. Adolfo Menezes:- Vou encerrar, os outros usaram o tempo, Sr. Presidente. Vou concluir. Dizer que quando criticam o deputado na minha frente, eu digo “Você tem 18 anos?” Ele diz “Por quê?” Eu digo que estamos no regime democrático, vá no SAC e tire o título e se eleja para a Assembleia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, tem 4 pessoas e só tem 5 minutos.

O Sr. Adolfo Menezes:- Pois não, Sr. Presidente, vou satisfazer a sua vontade, estou encerrando a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, meu querido amigo. Veja bem, tem 4 deputados pedindo questão de ordem e só temos 5 minutos. Vamos dividir o tempo.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Fabrício, se V.Ex^a puder ser breve, eu agradeço.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente, não vou poder falar em um minuto, senão prefiro retirar. Quero dizer que sou a favor desse projeto, como é comum de todos os colegas deputados. Eu, inclusive, como vereador em Vitória da Conquista, ajudei na votação da aprovação de projetos que coíbiam o nepotismo, etc.

Agora, vejamos, não é o fim do 14º, 15º, 16º, ou 18º que vai moralizar o parlamento brasileiro. Precisamos moralizar a política, precisamos de uma reforma

política ampla, geral, que minimize os custos para se fazer política nesse país. Precisamos que se ponha às claras, também, que o papel do parlamentar, o papel de um deputado, de um senador, de um vereador não é apenas ficar aqui no plenário.

Estamos debatendo a discussão de diminuir o recesso. Não somos trabalhadores comuns, somos trabalhadores que trabalhamos 24 horas por dia. O deputado trabalha 365 dias por ano. Trabalhamos a noite, feriados, não tem tempo determinado. Para alguns, ser deputado é estar no plenário. Quando estamos numa secretaria, como passei o dia de hoje acompanhando o prefeito, é para poder garantir ação, trabalho, para os municípios, porque nós somos a ponte com o povo, com prefeitos para com o Executivo estadual.

Também dizer que deputado ganha muito, isso também não é verdade. Gastamos muito para estar aqui, e também fazer o debate do que é muito ou pouco. Certos setores da mídia, por exemplo, quanto ganha Fátima Bernandes, William Bonner? Na casa de milhões de reais. Quanto ganha o Fausto Silva? Na casa de milhões de reais e isso com concessão pública.

Então, temos que dizer que trabalhamos, somos honrados, atuantes, somos honestos e o parlamento baiano é um dos parlamentos atuantes e o parlamento brasileiro, assim dizendo, saiu agora uma matéria na Folha de São Paulo, porque o que é desgraça para o político, é capa de jornal, o que é coisa boa, é pequeno.

Para encerrar, o nosso parlamento brasileiro foi tido, em matéria na Folha de São Paulo, naquela materiazinha de canto de página, como um dos 3 parlamentos que mais se trabalha no mundo, é o parlamento brasileiro. Isso não se mostra, isso não se fala. A ação de cada um é que constrói o parlamento e temos muito a mostrar, quando aprovamos o Orçamento, quando aprovamos obras, quando aprovamos empréstimos para o nosso governador construir para esta Bahia de todos nós.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olhem, só temos 2 minutos. Um minuto para a deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu falo um minuto, Sr. Presidente. Eu só queria dizer que também fui taxada de querer jogar para a galera, de que eu estava querendo aparecer. Mas, logo após as eleições do ano passado, iniciei uma campanha aqui pela reforma do sistema político brasileiro, baseada naquela entidade Movimento contra a Corrupção Eleitoral, plataforma dos movimentos sociais, pela reforma do sistema político brasileiro, e que no último parágrafo, inclusive, tem um parágrafo que fala sobre essa questão do que eles chamam de regalia dos deputados.

Alguns deputados assinaram, está aqui mesmo nesta folha a assinatura do deputado Bira Corôa. Só queria dizer que não estou fazendo isso agora só porque o Congresso aprovou, não. Essa luta minha pela reforma do sistema político, incluindo esse debate...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, por favor.

A Sr^a Luiza Maia:- Está bom, todo mundo falou muito. Está bom, Sr. Presidente, concluindo, muito obrigada.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, V.Ex^a abriu o tempo de 25 minutos, já temos

63 deputados na Casa, V.Ex^a está esperando o quê?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado. Já vou votar. Não posso negar uma questão de ordem aos deputados. Para encerrar, o deputado Gaban e o deputado Zé Neto. Calma, deputado, eu sei que V.Ex^a tem razão. Não posso negar a questão de ordem aos deputados, não posso cortar a palavra.

Deputado Zé Neto, por favor, rápido.

O Sr. Zé Neto:- É para agradecer a Oposição. Primeiro, pelo gesto há pouco, tivemos um problema com um dos nossos deputados, quero agradecer a Oposição pelo gesto, acho que isso só engrandece. É um movimento de toda a Casa Legislativa, acho que nesse momento não tem autor, é um gesto importante nosso em relação à opinião pública. Isso deve ser visto e deve servir para nós também como referência de um processo de fortalecimento e engrandecimento do Legislativo e dos políticos, porque temos visto na imprensa em alguns momentos como se o político estivesse em baixa. O político está em alta. Parabéns ao presidente Marcelo Nilo, parabéns a Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou colocar em votação, tendo em vista a presença de 63 Srs. Deputados. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, a emenda constitucional nº 127/2013, a PEC, que altera a redação do Parágrafo 1º do Artigo 88 da Constituição do Estado da Bahia, que tem como autor o deputado Zé Neto, e como coautor o deputado Elmar Nascimento – antes eu gostaria de dizer o seguinte: são dois turnos, votando no primeiro, encerro a sessão e convoco outra votação.

Tendo em vista a presença de todos os 63 deputados, antes gostaria de parabenizá-los por esse gesto político importante de votar 24 horas após a emenda constitucional, assinada por todos os Srs. Deputados.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

Declaro encerrada a sessão. Antes, porém, convoco uma sessão extraordinária a se realizar um minuto após o encerramento desta para votarmos em segundo turno o projeto da emenda constitucional, PEC 127/2013, de autoria do deputado Zé Neto.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*